



CURSO DE PSICOLOGIA

Sabrina Zotti

**Cartografando tecnologias e processos de subjetivação no processo
transexualizador do Sistema Único de Saúde**

Santa Cruz do Sul

2018

Sabrina Zotti

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

**Trabalho apresentado ao Curso de Psicologia da
Universidade de Santa Cruz do Sul como tarefa
integrante do Trabalho de Curso.**

Orientador: Prof. Dr. Moises Romanini

Santa Cruz do Sul

2018

*“ Meu corpo não é meu corpo,
é ilusão de outro ser.
Sabe a arte de esconder-me
e é de tal modo sagaz
que a mim de mim ele oculta.*

*Meu corpo, não meu agente,
meu envelope selado,
meu revólver de assustar
tornou-se meu carcereiro,
me sabe mais que sei...*

*Meu corpo ordena que eu saia
em busca do que não quero,
e me nega, ao me afirmar
como senhor do meu EU
convertido em cão servil ...*

*Se tento dele afastar-me,
por abstração ignorá-lo,
volta a mim com todo o peso
de sua carne poluída,
seu tédio, seu desconforto.*

*Quero romper com meu corpo,
quero enfrentá-lo, acusá-lo,
por abolir minha essência
mas ele sequer me escuta
e vai pelo rumo oposto.*

*Já premido por seu pulso
de inquebratável rigor,
não sou mais quem dantes era:
com volúpia dirigida,
saio a bailar com meu corpo.”*

Drummond

RESUMO

As formas de ser e de estar no mundo são singulares, cada sujeito vivencia e experimenta o mundo e a si mesmo de maneira única. Reconhecer e legitimar essas diversas maneiras de viver é acreditar na multiplicidade de corpos, logo, de subjetividades. Vivemos em uma sociedade que estabelece padrões para tudo, principalmente para as formas de nos colocarmos no mundo. Sutilmente somos programados para (re)produzir discursos que regulam e disciplinam corpos. Tais discursos fazem parte dos processos de subjetivação normalizadores que a sociedade nos impõe desde que nascemos. O presente trabalho buscou, através da cartografia, problematizar o processo transexualizador do Sistema Único de Saúde como uma tecnologia de poder que regula e controla corpos e subjetividades. O resultado foi a cartografia de processos de subjetivação decorrentes dessa tecnologia e a importância da resistência como estratégias para criar possibilidades de existir e devir. De forma rizomática, essas vozes da população transgênera silenciadas diariamente, escapam pelas fissuras de um sistema dualista e compõem possibilidades de fluxos que inspiram novos movimentos e se transformam em potência de vida.

Palavras-chave: Pessoas transgêneras; Processo transexualizador; Processos de subjetivação; Tecnologias de poder

ABSTRACT

The ways of be and being in the world are unique, each person live and experiences the world and himself in a unique way. Recognize and legitimize these diverse ways of living is to believe in the multiplicity of bodies, and hence of subjectivities. We live in a society that sets standards for everything, especially for ways of putting ourselves in the world. We are subtly programmed to (re) produce discourses that regulate and discipline bodies. These discourses are part of the processes of normalizing subjectivation that society has imposed on us since we were born. The present work sought, through cartography, to problematize the process of transsexualization of the Unified Health System as a technology of power that regulates and controls bodies and subjectivities. The result was the cartography of the processes of subjectivation resulting from this technology and the importance of resistance as a strategy to create possibilities of existence and “devir”. In a rhizomatic way, the voices of the transgendered population silenced daily, escaped the fissures of a dualistic system and composed possibilities of flows that inspire new movements and become potentials of life.

Keywords: Transgender people; Transsexual process; Subjectivation processes; Power Technologies;

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	7
1.1 Os primeiros passos de uma dança sem coreografia.....	7
2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	12
2.1 Linhas que contornam e atravessam as (r)existências	12
2.2 O que é (ou quem é) sujeito?	15
2.3 Binarismo de gênero: entre a legitimidade e o silenciamento de subjetividades..	19
2.4 Políticas públicas e o processo transexualizador	23
3 METODOLOGIA.....	26
3.1 Percursos metodológicos e delineamento da pesquisa: traçando coordenadas para uma imersão na experiência de pesquisa	26
3.2 Considerações éticas	30
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO	34
4.1 Dicotomia do gênero.....	36
4.2 Heterossexualidade: um arranjo biopolítico.....	40
4.3 Estratégias de (r)existência	46
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	56
6 REFERÊNCIAS	60
ANEXO A: SOBRE OS ENCONTROS E O PROCESSO DA PESQUISA.....	64
ANEXO B: TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	66

1 INTRODUÇÃO

1.1 Os primeiros passos de uma dança sem coreografia

Cartografar é mapear linhas que atravessam a infinidade de possibilidades. São movimentos incessantes circulando contornos que transbordam para todos os lados. Aqui, encontra-se processos de (des)territorialização, conectadas a linhas que se movem em várias direções, sem horizonte, apenas caminhar. Cartografar é o navegar de um barco sem remos, em um mar em movimento. É explorar e expandir, mas sem a pretensão de impor limites nos territórios. Cartografar é arte! É devir! É verbo!

O trabalho apresentado a seguir, é a cartografia de uma rota de fuga, mas sem a pretensão de (de)limitar destinos. São possibilidades de dançar por linhas inimagináveis em um ritmo singular. Não posso dizer por onde iniciei meu trabalho, muito menos até onde ele vai chegar (e se vai chegar a algum lugar). São apenas passos. Passos de uma dança sem coreografia que pretende ir, seja lá onde for. Nesse ritmo singular e múltiplo ao mesmo tempo, coloco a vida para dançar e se reinventar infinitas vezes.

Iniciamos agora, a introdução, a entrada, ou a apresentação de um trabalho de conclusão de curso, que tem como objetivo provocar uma reflexão política no leitor. Pretende-se promover uma experiência reflexiva que pode (ou não) compor uma pausa do seu caminhar, para olhar pra trás e ver quais coreografias marcaram a sua existência, e se ainda quiser continuar dançando nesse ritmo. Não há passos certos ou errados. Não há passos a seguir, apenas movimento. As palavras que utilizo a seguir, não são tão poéticas quanto as que utilizei até então, pois nem sempre a escrita é composta por palavras lindas e fluídas. A linguagem é arte, e por esse motivo, pode ser expressa de forma objetiva e às vezes dura, para refletir o que ela descreve. Iniciemos agora, uma viagem sem destino final sobre o mapeamento geográfico de uma sociedade composta por milhares de singularidades.

A sociedade que vivemos é regida por um conjunto de tecnologias que operam como gerenciadoras de "ordem e progresso". Através do estabelecimento de normas, busca-se a estabilidade e a fuga do que possa provocar o caos. Para manter esse equilíbrio e promover o crescimento do país, de forma sutil (ou não), essas tecnologias produzem e reproduzem as normas que estabelecem a governabilidade dessa sociedade. Surgiram assim, diversas formas de governabilidades nos diferentes contextos históricos, mas todas atravessadas pelo mesmo propósito: o controle dos corpos. Foucault (1987), em seus

estudos, nos traz o conceito de corpos dóceis, que a curto modo, são aqueles produzidos para responder a demanda de uma sociedade capitalista e manter a instauração da ordem. Assim, esse corpo dócil é efeito de diversos discursos, que nos apresentam como regimes de verdades, através das tecnologias de um governo.

De forma hegemônica, o ser humano é compreendido através de lógicas universalizantes, biologizantes e essencialistas. A biologia marca (e constrói) o corpo através da diferença biológica entre sexos, isto é, entre o corpo masculino e o corpo feminino, além de (de)limitá-lo a diferenças anatômicas de órgãos sexuais. Dessa forma, o corpo é marcado no nascimento (ou antes) por discursos fundamentados em saberes biológicos que irão dar sentidos e demarcar caminhos e pesos para ele. Há uma suposição de que a biologia está na raiz de tudo que nos constrói como humanos, mas a partir de que momento começamos a pensar assim? Quais são os discursos que compõem esse pensamento? É importante dizer que em nenhum momento desse trabalho é negada a importância dos saberes da biologia, mas questiona-se o modo como buscamos, através dela, explicações para tudo o que gera estranhamentos e quais são os efeitos dela, como parte da política e cultura em geral.

Como diz Paul Preciado (2017), todos nascemos operados! Todos os corpos passam por uma espécie de mesa de operações que transformam os corpos em menina/o. As ferramentas utilizadas para isso são técnicas discursivas que produzem feminilidades ou masculinidades sobre aqueles corpos. O gênero será fundamentado na diferença sexual (vagina/pênis) e nos fará acreditar em uma concordância entre gênero, sexo e sexualidade.

Se algum menino não produzir masculinidades em seu corpo, mas sim, performances do gênero feminino, como sua vivência será definida? Ele terá seu corpo e subjetividade legitimados? Essa vivência será considerada parte de uma pluralidade de singularidades ou será nomeada como um transtorno? A resposta já é nos dada a partir do momento que colocamos as perguntas marcadas por um sistema de oposição, isto é, um sistema dualista, que não considera nuances. O sujeito deve ser feminino ou masculino! Ele será isso ou aquilo! A nossa sociedade opera numa lógica binária, que a divide sempre em polos opostos. O que flui entre os polos - ou então escapa deles - não é tido como legitimado e se mesmo assim as tecnologias de controle não conseguirem normatizá-lo, ele será colocado na margem, na abjeção.

Mas quem habita a abjeção? Quais discursos atravessam a sua composição? Qual é a linha que delimita quem está dentro, fora ou na margem de um sistema? O que esse sistema produz? Para quem produz?

O sujeito que habita as margens de um sistema, que se localiza na abjeção, é percebido como alguém que necessita de alguma forma de "correção". O sistema que produz esse sujeito é o mesmo que o exclui e o pune. Mas, infelizmente nem sempre isso fica visível aos olhos das pessoas. O sujeito que se sente excluído acaba localizando suas dores na sua subjetividade e não enxerga os dispositivos que atuam na produção dessa verdade/lugar. Acaba-se assim, patologizando modos de existências fundamentadas em discursos produzidos pelo dispositivo "normalidade". Para esses sujeitos "anormais", busca-se o enquadramento, o controle, o tratamento, etc.

O presente trabalho propôs mapear uma determinada realidade vivenciada, para gerar reflexões sobre a construção dos sujeitos "anormais". Quem são eles e por que são eles? Quem ou o que determina a legitimação dos corpos e da mudança deles? O que isso reflete na construção de subjetividade? A partir desses questionamentos, buscou-se iniciar por um caminho composto pelas pessoas transgêneras que buscam transformações corporais a partir do processo transexualizador do Sistema Único de Saúde (SUS). Tentamos trazer à reflexão quais são os possíveis significados dessa busca pelas transformações corporais e o que elas estão querendo assinalar.

As formas de ser e de estar no mundo são singulares, cada sujeito vivencia e experimenta o mundo e a si mesmo de maneira única, por esse motivo, o trabalho buscou pensar o processo transexualizador do SUS enquanto um dispositivo regulador e formador de subjetividades. Procurou refletir quais são as tecnologias que atravessam e se atravessam na construção da subjetividade do sujeito e quais são os efeitos do processo transexualizador do SUS na construção do sujeito e da inteligibilidade social.

O acesso à realização de modificações corporais no SUS implica na confirmação de um diagnóstico psiquiátrico e o cumprimento de um protocolo terapêutico. Nesse processo, a autonomia do cliente nem sempre é levada em consideração, pois para a legitimação do processo transexualizador é necessária a comprovação que o sujeito seja um "transexual de verdade" a partir dos critérios estabelecidos por manuais diagnósticos. Tais normas representam um dispositivo de poder e controle sobre a vida do sujeito, o qual regula sua subjetividade no momento em que anula a sua autonomia (e singularidade) para atender interesses morais dominantes. Dessa forma, buscamos pensar o processo transexualizador do SUS como uma tecnologia que (re)produz as normas vigentes da inteligibilidade social. Não questionamos aqui os avanços em termos de direitos e acesso à saúde, mas os efeitos dessas tecnologias de produção de subjetividades.

Inicialmente, o objetivo da pesquisa era problematizar o processo transexualizador

enquanto um dispositivo regulador de subjetividades, tomando como referência inicial as diretrizes propostas pelo SUS. Diante disso, se estabeleceu dois objetivos específicos como norteadores de um processo de reflexão pelo qual a pesquisa procurou percorrer, a saber: colocar em análise a noção de psicoterapia compulsória, preconizada pelo processo transexualizador no SUS e refletir, a partir de um processo de desnaturalização, sobre a patologização das subjetividades transexuais como efeito de um agenciamento operado pelo binarismo de gênero e performatividades.

Para a população transexual que deseja realizar o processo transexualizador no SUS, faz-se necessária para a legitimação das práticas de modificações corporais a confirmação do diagnóstico psiquiátrico de transtorno de personalidade, a disforia de gênero, além de um acompanhamento psiquiátrico e psicológico compulsório de no mínimo dois anos. A principal justificativa disso é que este é um procedimento irreversível e a natureza do transtorno psíquico pode limitar a capacidade do sujeito de decidir sobre as intervenções a serem realizadas em seus corpos.

A definição de um diagnóstico de disforia de gênero ou transtorno de identidade respalda-se na concepção normativa dos sistemas sexo-gênero, a qual é fundamentada numa matriz binária heterossexual. Esse sistema converte-se em um dispositivo regulador de subjetividade. Assim, todo sujeito que deseja passar por modificações corporais, acaba tendo sua autonomia reduzida ao aceitar passar por tais procedimentos, além de funcionarem como reguladores que formam o sujeito de acordo com padrões pré-estabelecidos de uma sociedade que vive sobre a lógica heteronormativa.

Dessa forma, o processo transexualizador pode atuar como uma tecnologia que regula e controla corpos e subjetividades, além de reforçar a criação da categoria transexual através de um olhar biomédico que patologiza as vivências que não seguem as normativas de inteligibilidade de uma sociedade. O trabalho a seguir tentou investigar e problematizar essa tecnologia composta por conjunto de técnicas, as quais operam a favor do dispositivo da normalidade: quais formas de ser e de estar são consideradas "normais" dentro de uma sociedade e quais as consequências desses discursos?

Talvez o resultado desse trabalho não seja a resposta desses questionamentos, mas, a construção de tantos outros. Talvez ele possa tocar alguém, além de mim. Talvez ele promova reflexões que possam ocasionar alguma mudança, seja ela em qual nível for. A nossa pretensão não é dizer que o caminho que percorremos está certo ou errado (isso existe?), mas compreender quais caminhos são esses e que neles há possibilidades de rota de fuga. A minha implicação na construção dessa pesquisa é política. O espaço que ocupo

hoje não é de alguém que busca alguma modificação corporal e por isso questiona a forma que ela é feita, ou por que é feita, mas a construção dessa cartografia é fundamentada na consciência política, a qual não necessariamente nasce com a experiência, mas pelo sentir. Sentir-se tocado pelo Outro, pelas dificuldades e violências que permeiam a sua vivência e limitam a sua potência de ser.

2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

2.1 Linhas que contornam e atravessam as (r)existências

Cada ser que habita esse mundo é singular e múltiplo ao mesmo tempo. É composto por infinitas forças que lhe atravessam, de diferentes ângulos, a todo o momento. Estar vivo é estar inserido em um mar de afetos. Existir é afetar e ser afetado! A nossa existência está em constante transformação, tudo aquilo que nos permeia nos constrói, nos molda, nos subjetiva.

Os processos de subjetivação se constituem por meio de instituições (linguagem, ciência, tecnologia), as quais estão sempre sujeitas à novas formas de organizações, determinadas por uma temporalidade. Sendo assim, a subjetividade pode ser pensada através de um carácter mutante, fluido, pois está sempre em movimento, podendo ser abandonada, repensada, reinventada e posta em circulação. A forma que sentimos e nos colocamos no mundo não é algo pronto, é mutante, está sempre em (re)construção.

Segundo Foucault (1985), a produção de subjetividade, ou seja, os modos de subjetivação são produzidos conforme o campo de forças é articulado em um meio social. Esse campo de forças é compreendido por Foucault, como jogos de verdades, ou seja, discursos produzidos por poderes e saberes de um determinado tempo histórico/social/político. Os jogos de verdade operam em nível imanente às práticas de subjetivação, resultando em modos de subjetivação que circulam determinada sociedade. Dessa forma, é dentro dos processos de produção de poder e saber que a sociedade é configurada. Para Deleuze (2006):

Entre o poder e o saber, há diferenças de natureza, heterogeneidades; mas há também pressuposição recíproca e capturas mútuas e há, enfim, primado de um sobre o outro. Primeiramente diferença de natureza, já que o poder não passa por formas, apenas por forças. O saber diz respeito a matérias formadas (substâncias) e a função formalizadas, repartidas segmento a segmento sob as duas grandes condições formais, ver e falar, luz e linguagem: ele é, pois, estratificado, arquivado dotado de uma segmentaridade relativamente rígida. O poder ao contrário, é diagramático: mobiliza matérias e funções não estratificadas, e procede através de uma segmentaridade bastante flexível. Com efeito, ele não passa por formas, mas por pontos singulares que marcam, a cada vez, a aplicação de uma força, a ação ou reação de uma força em relação às outras, isto é, um afeto como "estado de poder sempre local e instável" (p. 81).

Segundo Deleuze (2006), as obras de Foucault produziram importantíssimas contribuições para se pensar o problema dos processos de subjetivação compreendendo a

constituição dos sujeitos nos diferentes períodos históricos, isto é, problematizar a existência através da ótica de jogos de poder e saber que nos atravessam. Segundo a leitura de Deleuze, para Foucault, o sujeito é aquele que capaz de se relacionar com as formas de saber-poder e com o próprio caos. É no caos ou no "fora" (termo utilizado por Foucault a quem pegou emprestado de Blanchot), que encontramos as forças soltas, as quais compõem o mundo das singularidades. O sujeito, ao mesmo tempo em que é assujeitado, significado pelas formas de poder-saber e atravessado por forças caóticas, é também capaz de utilizar as forças do caos a favor de sua vida.

Segundo Guattari e Rolnik (2007), a subjetividade não pode ser reduzida à esfera pessoal ou subjetiva do indivíduo. Existem diferentes tipos de "individualizações":

[...] uma coisa é a individualização do corpo. Outra é multiplicidade dos agenciamentos de subjetivação: a subjetividade é essencialmente fabricada e modelada no registro do social. Descartes quis colar a idéia de subjetividade consciente à idéia de indivíduo (colar a consciência subjetiva à existência do indivíduo), e estamos nos envenenando com essa equação ao longo de toda a história da filosofia moderna. "Nem por isso deixa de ser verdade que os processos de subjetivação são fundamentalmente descentrados em relação à individualização".

[...] um indivíduo sempre existe, mas apenas enquanto terminal; esse terminal individual se encontra na posição de consumidor de subjetividade. Ele consome sistemas de representação, de sensibilidade, etc., os quais não têm nada a ver com categorias naturais universais (GUATTARI; ROLNIK, 2007, p. 49-41).

Dessa forma, não se pode conceber a subjetividade como um recipiente onde as representações externas são internalizadas, mas compreende-se que a produção de subjetividade cria modos de subjetivação que é a forma de garantir o funcionamento de um sistema. Somos atravessados por diversas esferas, sejam elas institucionais, midiáticas, capitalísticas, etc. O processo de subjetivação ocorre incessantemente na relação do sujeito com o mundo, no acontecimento, na transformação de afetos em signos.

Segundo Deleuze e Guattari (2004), somos atravessados a todo o momento por segmentos ou linhas, os quais irão contornar a nossa realidade, as nossas formas de existência. Para os autores, essas formas são estratos, isto é, tudo o que é sedimentado, estabelecido e dotado de uma rigidez ou estabilidade no qual o indivíduo pode se fixar. A segmentaridade (linhas de segmentaridade) faz parte do que constitui o sujeito e a sociedade e estão presentes nos estratos, os quais nos compõem e nos são essenciais, já que ao contrário, se instaura o caos.

Indivíduos ou grupos somos atravessados por linhas, meridianos, geodésticas, trópicos, fusos, que não seguem o mesmo ritmo e não têm a mesma natureza. São linhas que nos compõem, diríamos três espécies de linhas. Ou, antes, conjuntos de linhas, pois cada espécie é múltipla. Podemos nos interessar por uma dessas linhas mais do que pelas outras, e talvez, com efeito, haja uma que seja, não determinante, mas que importe mais do que as outras... se estiver presente. Pois, de todas essas linhas, algumas não são impostas de fora, pelo menos em parte. Outras nascem um pouco por acaso, de um nada, nunca se saberá por quê. Outras devem ser inventadas, traçadas, sem nenhum modelo nem acaso: devemos inventar nossas linhas de fuga se somos capazes disso, e só podemos inventá-las traçando-as efetivamente, na vida (DELEUZE; GUATTARI, 2004, p. 76).

Ao falarmos em estratificação e linhas de segmentaridade, estamos falando em tipos três linhas que irão compor a nossa realidade, a saber: duras, maleáveis e de fuga. As linhas de segmentaridade duras ou molares manifestam-se de formas diferentes conforme a sociedade e o tempo histórico vigente, mas nunca deixam de estar presentes. Elas são caracterizadas por grandes conjuntos molares, ou seja, as dualidades que regem a sociedade de forma delimitada. Exemplos disso são as classes sociais e os gêneros (DELEUZE; GUATTARI, 2004). Seguindo o exemplo de gênero, a sociedade irá estabelecer papéis sociais através da binariedade de gênero, feminino/masculino, a qual produzirá discursos moralistas do que se deve ou não fazer, qual cargo profissional cada gênero irá ocupar, o que é considerado "humano" ou "perverso", "normal" ou "anormal" e assim por diante.

As linhas de segmentaridade maleáveis, não tão rígidas, possibilitam variações, fluidez, apresentando um funcionamento rizomático. Quando falamos em funcionamento rizomático, estamos propondo pensar como funciona (ou flui) um rizoma. Rizoma, segundo Deleuze e Guattari (1995), trata-se de linhas e não de formas. Ele é contra um fechamento ou pensamento linear, contra normas pré-estabelecidas. O pensamento rizomático faz mover e abrir, construir e desconstruir. Ele floresce onde encontra possibilidades, se espalhando por todas as direções. Para Deleuze e Guattari (1995), o rizoma foi proposto para pensarmos as multiplicidades por elas mesmas, já que o fundamento do rizoma é a própria multiplicidade.

O rizoma conecta um ponto qualquer com outro ponto qualquer e cada um de seus traços não remete necessariamente a traços da mesma natureza; ele põe em jogo regime de signos muito diferentes, incluindo estados de não signos (DELEUZE; GUATTARI, 1995, p. 32).

Sendo assim, as linhas de segmentaridade maleáveis, não se encaixam nas linhas

duais. Por esse motivo, encontra-se nelas, uma pressão de que sejam sobrecodificadas por linhas duras. Tanto nas linhas duras quanto nas linhas maleáveis encontra-se uma vigilância que procura reproduzir a ordem: "o que eles vigiam são os movimentos, as manifestações súbitas, as infrações, perturbações e rebeliões que se produzem no abismo" (DELEUZE; GUATTARI, 1995, p. 74). Para que as linhas de segmentaridade maleáveis sigam devires e se desestratifiquem, elas aproximam-se da segmentaridade de linha de fuga.

As linhas de fuga são aquelas que escapam das tentativas totalizantes e universais. Assim como nas linhas de segmentaridade maleáveis, não há formas, apenas linhas. Linhas de intensidades! Essas linhas representam a desestratificação absoluta, isto é, rompe os limites das estratificações estabelecidas, ou ainda em outras palavras, as linhas de fuga rompem de forma absoluta com o que já nos é estabelecido e dotado de uma rigidez a qual o homem se fixa. As linhas de fuga são linhas de ruptura, desfazem a criação a partir das relações já estabelecidas, abrindo espaços a possibilidades de experimentação de devires.

Segundo Deleuze e Guattari (1995), as linhas duras, maleáveis e de fuga, constantemente se misturam e interferem uma sobre as outras. São correntes flexíveis que podem se apoiar em pontos de rigidez, e vice-versa. Frequentemente, elas se transformam um nas outras e o efeito de ser atravessado por elas podem durar instantes, assim como podem se manter por muito tempo. Dito isso, reforçamos a ideia de que a subjetividade possui um caráter mutante, fluído. Iremos perceber o mundo e agir nele de acordo com as linhas que nos são atravessadas em determinados momentos. Essas produções de subjetividades podem cooperar para produzir maneiras distintas de vida e de organizações sociais, e cabe insistir, que essa produção é fluída, está sempre em construção e reconstrução, pois são atravessadas por dimensões históricas. Pressupõe-se, a partir dessa ideia, de que a subjetividade não possui base no essencialismo, o qual busca explicar o que constitui o sujeito. Mas o que é sujeito?

2.2 O que é (ou quem é) sujeito?

Para Deleuze (2001), o sujeito irá se constituir no contato com o outro, através dos encontros que lhes são proporcionados. Esses encontros serão vividos de maneiras diferentes e dependendo do sentido que o sujeito dará para aquela experiência, ele poderá reorganizar seu modo de viver até então vivido. O sujeito se constrói nas relações, e também nelas ele se desconstrói. Essas relações são caracterizadas pelos atravessamentos

de linhas que produzem efeitos nos nossos corpos a cada encontro vivido. Neles, exercitamos a nossa potência de diferenciar-nos a nós mesmos e daqueles que nos cercam, mas sempre há o risco de sermos capturados e transformados em novas referências e assim, reproduzidos pela coletividade. Quando essas referências são tomadas como linhas duras, elas podem provocar um silenciamento dos processos de singularização, que segundo Guattari e Rolnik (1996), os processos de singularização podem ser compreendidos como desvios, fugas, frente as tentativas de traduzir a existência pelo crivo dominante do capital:

o que chamo de processos de singularização é algo que frustra esses mecanismos de valores capitalísticos, algo que pode conduzir à afirmação de valores num registro particular, independentemente das escalas de valor que nos cercam e espreitam por todos os lados. (p. 47).

Romper esses valores capitalísticos consiste entrar em contato com as linhas de fuga, pois são linhas que escapam das tentativas totalizantes de organizar o sujeito e a sociedade. Dado ponto de vista, entende-se que a produção do sujeito envolve um movimento contínuo, que faz com que ele sinta e perceba a sua existência de forma particular, conforme os contornos das composições provisórias de forças.

De acordo com Foucault (1987), estamos organizados em um determinado tempo histórico por um Estado que utiliza diferentes dispositivos de controle para se manter em um formato já instituído. As linhas duras são responsáveis por evitar o que é considerado inadequado, através da busca da ordem e estabilidade. Elas irão atravessar o sujeito em vários contextos de sua vida: sujeito-trabalhador, sujeito-aluno, marido, heterossexual, homossexual, transexual, etc. As linhas duras possuem como princípio a fixação, a qual nos segmenta binariamente, ou seja, através de cortes duais: o pobre e o rico, o estudante e o professor, heterossexual e o homossexual, e assim por diante. . .

A sociedade nos exige uma coerência total entre sexo (genitália), gênero e orientação sexual. Assim que a presença de um pênis ou vagina é descoberta no corpo de uma criança, será criado um mundo de expectativas e desejos sobre aquele corpo. No caso de uma criança intersex, ou seja, uma criança que teve sua genitália diagnosticada com "características" dos dois sexos ou que pode apresentar uma evolução para o sexo oposto inicialmente aparente poderá depender do saber-poder médico dizer qual sexo irá marcar a sua existência.

As palavras é um/menino/menina são interpelações que dão início a um conjunto

de práticas de interpretações de normas de gênero, as quais são fundamentadas a partir de um sistema binário que (re)produz a ideia de que o gênero reflete ou espelha o sexo e que todas as esferas que atravessaram o sujeito para constituí-lo, estão presas a tal determinação. Nessa lógica, supõe-se que as sexualidades são construídas pela natureza e os corpos serão posicionados de acordo com essas suposições naturais (BUTLER, 2003; BENTO, 2006; PRECIADO, 2017).

É homem ou mulher! Fêmea ou macho! As genitálias se tornam discursos para evidenciar essa dicotomia e produzir "verdades" sobre aqueles corpos. Dessa forma, o sexo pode ser compreendido como uma norma regulatória que impõe sobre os corpos as formas que ele deve se colocar no mundo, fundamentadas por um modelo dominante: a heterossexualidade.

O sexo é uma das normas pelas quais "alguém" simplesmente se torna viável, que qualifica um corpo para a vida inteligível. Há uma amarração, uma costura, ditada pelas normas, no sentido de que o corpo reflete o sexo, e o gênero só pode ser entendido, só adquire vida, quando referido a essa relação. As performatividades de gênero que se articulam fora dessa amarração são postas às margens, pois são analisadas como indentidades "transtornadas" pelo saber médico (BENTO, 2006, p. 89).

Os sujeitos que fogem das normas vigentes de um determinado contexto histórico são considerados abjetos e diariamente sofrem violências (física ou psicológica), discriminação e são inferiorizados, pois não estarem dentro da categoria de inteligibilidade (LEITE JUNIOR, 2012).

O "abjeto" designa aquilo que foi expelido do corpo, descartado como excrementos, tornado literalmente "Outro". Parece uma expulsão de elementos estranhos, mas é precisamente através dessa expulsão que o estranho se estabelece. A construção do "não eu" como abjeto estabelece as fronteiras do corpo, que são também os primeiros contornos do sujeito (BUTLER, 2003, p.190).

As pessoas que não se sentem pertencentes ao gênero que lhe foi imposto ao nascimento, ou pertencendo a ambos ou a nenhum dos sexos tradicionais, são denominadas transgêneras (ÁVILA; GROSSI, 2010). O surgimento dessa categoria demonstra que as normas sociais operadas por um saber-poder, determinam quais corpos e subjetividades são consideradas legitimadas e pertencentes a uma categoria de inteligibilidade, a qual dirá, quais corpos são (in)visíveis dentro de uma sociedade. Corpos visíveis são corpos que pesam dentro de um aparato de poder e sua existência legítima será compreendida como importante e significativa para investimentos políticos.

Seres abjetos, não são corpos inteligíveis, mas também não são corpos deixados

de lado. Para esses corpos também há investimentos, mas investimentos de enquadramentos, normatização... Várias tecnologias foram criadas para tornar os corpos legitimados para determinados espaços. Criou-se leis, programas, movimentos, teorias, discursos, identidades.

A sexualidade e o gênero são discursos construídos culturalmente e possuem a função de determinar comportamentos e controlar atos e corpos, já que se ilustram através de uma estilística corporal e estética definida como apropriada, assim, estabelecendo os espaços que cada qual ocupará na sociedade (BUTLER, 2003). A heteronormatividade opera "normatizando as condutas sexuais e as expressões da masculinidade e da feminilidade em parâmetros de saúde/doença ou doença/anormalidade" (LIONÇO, 2009, p. 48). O corpo é legitimado pela norma heterossexual e o sujeito que não segue ela é colocado na abjeção e compreendido como alguém que necessita de tratamento.

O masculino e o feminino só se encontram por intermédio da complementaridade da heterossexualidade. Quando há qualquer nível de deslocamento, deve haver uma intervenção especializada, principalmente de algum especialista nas ciências psi, para restabelecer a ordem a "coerência" entre corpo, gênero e sexualidade. E esse mapa que fornecerá as bases fundamentais para a construção do diagnóstico de gênero (BENTO; PELÚCIO, 2012, p. 571).

O entendimento do corpo como abjeto, anormal, doente, não humano, monstruoso, desviante, entre tantos outros adjetivos criados para categorizar quem não se enquadra nas normas regulatórias vigentes, resultou na criação de categorias diagnósticas para patologizar essas formas de existência.

a patologização da sexualidade continua operando com grande força, não mais como "perversões sexuais" ou "homossexualismo", mas como "transtornos de gênero". Se o gênero só consegue sua inteligibilidade quando referido à diferença sexual e à complementariedade dos sexos, quando se produz no menino a masculinidade e na menina a feminilidade, a heterossexualidade está inserida aí como condição para dar vida e sentido aos gêneros (BENTO; LIONÇO, 2012, p. 572).

Ao longo dos anos, várias categorias diagnósticas foram criadas para poder diferenciar as diversas formas de existência. Todas elas estabeleciam protocolos universalizantes que definiam a normalidade de gênero fundamentado em um saber-poder determinado por regimes de verdades. Através de manuais diagnósticos, capturavam-se subjetividades e as patologizavam por meio de discursos que operavam como tecnologias de poder normalizadoras. Tais manuais caracterizam essas formas de existência como patológicas e sugeriam determinados tratamentos para elas. "Uma vez definido que o

gênero é uma categoria medicável, o passo a seguinte será estabelecer os mecanismos para curar suas 'disfunções'" (BENTO; LIONÇO, 2012, p. 576).

Os manuais diagnósticos constroem os protocolos que orientam as políticas públicas voltadas para a população lésbica, gay, bissexual, travesti e transexual - LGBT (termo utilizado pelo Estado). Tais protocolos sugerem procedimentos para essa população, em busca da normalização do gênero. Nesse sentido, compreende-se o gênero como categoria diagnóstica e ações governamentais serão investidas para que esses sujeitos sejam enquadrados em normas anunciadas pela verdade estabelecida pelo sexo genital. Segundo Sampaio e Germano (2014), conforme as políticas públicas são construídas, se estabelecem como verdade saberes sobre quem são essas pessoas LGBT e quais são as suas demandas, pois de acordo com qual lado da fronteira de gêneros o sujeito se encontra, ele poderá ser ou não, assistido por determinada política.

O funcionamento das políticas públicas é delimitado por públicos-alvo, os quais delimitam e limitam a criação de projetos e ações políticas. A política identitária é representada por um recorde da população definida por um saber-poder que nos diz quais corpos e subjetividades são representadas por ela, ou seja, quais corpos e subjetividades são tidos como inteligíveis na sociedade. Apenas autores legitimados pautam e são pautados pelas políticas públicas, tornando a sua construção restrita e levantando bandeiras bem definidas que excluem e não colocam em pautas novas formas de existência.

A lógica indentitária produz discriminações, pois ao incluir determinadas formas de existir em categorias identitárias, produz exclusões. Seu funcionamento regido por um conjunto de normas define quais são os sujeitos legitimados. Os que não se enquadram nessas categorias são punidos. A punição é justamente a marcação das diferenças, e aos que se opõem as normas, são jogados à margem. "Concordar que o gênero continue sendo diagnosticado, em vez de questionado, é permitir que os seres construídos como abjetos devam continuar habitando as margens do Estado" (BENTO; LIONÇO, 2012, p. 577).

2.3 Binarismo de gênero: entre a legitimidade e o silenciamento de subjetividades

Com as transformações políticas, culturais e econômicas que permeavam a segunda metade do século XVIII, tornou-se necessária a diferenciação biológica entre homens e mulheres. Durante este período até o século XX, surgiram modificações fundamentais dos modos de como vemos a relação entre o corpo masculino e o corpo

feminino. Até o século XVIII, entendia-se que existia um único sexo, assim, a mulher era vista fisiologicamente como um homem invertido e carregava dentro de si tudo o que o homem tinha externamente. No século XIX, debates políticos e médicos propuseram a ideia de dois corpos parcialmente diferentes marcados pela diferença sexual e para legitimar essa concepção, iniciou um processo de esquadramento dos corpos com o objetivo de provar que não há nada em comum entre o masculino e o feminino (LAQUEUR, 2001; BENTO, 2006).

[...] o único lugar habitável para o feminino é em corpos de mulheres, e para o masculino, em corpos de homens. Nesses lugares é como existisse uma essência própria, singular a cada corpo, inalcançável pelo outro. [...] A sexualidade, as performances de gênero, a subjetividade, a identidade de gênero constituem campos marcados pela diferença sexual. Nessa lógica dicotômica, não é possível fazer deslocamentos. O masculino e o feminino só conseguem encontrar sua inteligibilidade quando referenciados à diferença sexual (BENTO, 2006, p. 183).

As mudanças advindas do século XIX não estavam diretamente ligadas a um avanço científico, delimitar o que é um corpo feminino e um corpo masculino, baseado nas diferenças sexuais, emergiu como um dispositivo que organizaria e permitiria respostas diferentes para questões sociais e políticas. A nova percepção da sexualidade feminina e da biologia reprodutiva foi muito importante para aquela época, pois compôs novos discursos sociais e políticos enfatizados na diferença e divisão sexual (LAQUEUR, 2001). Na sociedade moderna, ainda encontra-se respingos dessas concepções de sexualidade e dominação masculina como característica central da nossa sociedade, entretanto, vale ressaltar que movimentos como lutas sociais, lutas por direitos civis, direitos humanos, de igualdades e respeito que muitos advirem a partir e do movimento feminista, possibilitou novos espaços para a mulher na sociedade que negasse e colocasse em pauta o lugar naturalmente subordinado que as ciências, religião, mídia, política as colocavam.

O movimento feminista teve uma importância significativa no que diz respeito a reivindicação dos direitos das mulheres, movimentos sociais e produção de reflexões, principalmente quando o movimento objetivou a desnaturalização das diferenças biológicas entre homens e mulheres. Através do uso e discussão de gênero, iniciaram-se questionamentos e debates que colocavam em pauta urgente desnaturalizar a diferença entre homens e mulheres que ainda eram tidos como categorias essencialistas universais. Segundo Butler (2003), foi muito importante o desenvolvimento de uma linguagem capaz

de representar a categoria mulheres dentro e para a teoria feminista, pois se fazia necessário promover a visibilidade política das mulheres, considerando as condições culturais que as representavam ou simplesmente não as representavam. Mas, há alguns anos, essa categoria mulher passou a ser questionada a partir do interior do discurso feminista:

O próprio sujeito das mulheres não é mais compreendido em termos estáveis ou permanentes. É significativa a quantidade de material ensaístico que não só questiona a viabilidade do "sujeito" como candidato último à representação, ou mesmo à libertação, como indica que é muito pequena, afinal, a concordância quanto ao que constitui, ou deveria constituir, a categoria mulheres. Os domínios da "representação" política e linguística estabelecem a priori o critério segundo o qual os próprios sujeitos são formados, como resultado de a representação só se estender ao que pode ser reconhecido como sujeito. Em outras palavras, as qualificações do ser sujeito têm que ser atendidas para que a representação possa ser expandida (p. 18).

De acordo com Foucault (1990), o poder produz os sujeitos que subsequentemente passa a representar. Os sistemas jurídicos de poder passam a regular a vida política através de proibições, regulamentações, limitações, ou seja, através do controle. Assim, os sujeitos que estão condicionados e regulados por tais estruturas, são formados e reproduzidos de acordo com as exigências delas. "O poder jurídico 'produz' inevitavelmente o que alega meramente representar" (BUTLER, 2003). Dessa forma, a categoria mulher representada pelo feminismo, é produzida e reprimida pelas mesmas estruturas de poder que se buscou a emancipação:

[...] a questão das mulheres como sujeito do feminismo suscita a possibilidade de não haver um sujeito que se situe "perante" a lei, à espera de representação na lei ou pela lei. Talvez o sujeito, bem como a evocação de um "antes" temporal, sejam constituídos pela lei como fundamento fictício de sua própria reivindicação de legitimidade. [...] A invocação performativa de um "antes" não histórico torna-se a premissa básica a garantir uma ontologia pré-social de pessoas que consentem livremente em ser governadas, constituindo assim a legitimidade de contrato social (BUTLER, 2003, p.19, 20).

Quando o feminismo propõe um sujeito mulher, mesmo utilizando um termo plural - mulheres - ele denota uma identidade em comum, o que pode aparecer como um problema político, pois quando alguém "é" alguma coisa, com certeza não é tudo que esse alguém "é". (BUTLER, 2003). A categoria mulher ou então, mulheres, é então tida como universal e não se abre para novas posições e (sobre)posições. De acordo com Bento (2006), "a tarefa é desconstruir essa mulher universal, apontando outras variáveis sociológicas que se articulem para a construção das identidades de gênero" (p. 74). A

noção gênero tornou-se indispensável para as interseções políticas e culturais, a qual acaba sendo produzida e mantida por elas. A categoria gênero estabelece interseções com classes sociais, nacionalidades, religiosidades, étnicas e sexuais para desnaturalizar e dessencializar a categoria mulher (BUTLER, 2003; BENTO, 2006).

Sendo assim, a categoria mulher multiplica-se e se fragmenta em diversas formas de existência, representando uma ruptura de um olhar que posicionava a mulher como portadora de uma condição de subordinada. De acordo com Butler (2003), "a fragmentação no interior do feminismo e a oposição paradoxal ao feminismo - por parte de 'mulheres' que o feminismo afirma representar - sugerem os limites necessários da política da identidade" (p.22). Buscar representações mais amplas para um sujeito que o próprio feminino constrói, pode se apresentar de forma contraditória, pois há uma recusa de levar em conta os poderes que as suas reivindicações representacionais constituem. Mesmo sendo um apelo estratégico, recorrer à categoria mulheres provoca exclusões e consequência. "Qual sentido de estender a representação a sujeitos cuja constituição se dá mediante a exclusão daqueles que não se conformam às exigências normativas não explícitas do sujeito?" (BUTLER, 2003, p.23).

A partir dos desdobramentos dos estudos feministas sobre gênero, organizou-se outro campo de estudos, o das masculinidades. Esse campo se fundamentava na desconstrução do homem universal, viril, forte, competitivo. Um dos fios condutores que orientavam esses estudos era a premissa de que o masculino e o feminino se construíam de forma relacional, não hierárquica e opositiva, mas simultânea e relacional. "Passou-se a trabalhar o gênero inter-relacionalmente: o homem negro em relação ao homem branco, o homem de classe média em relação ao favelado e ao grande empresário" (BENTO, 2006). Nesse momento, surgiu a necessidade da criação de instrumentos analíticos que separassem os estudos do empirismo. O gênero pode ser considerado como categoria analítica por ser um instrumento metodológico para o entendimento, produção e reprodução de algo.

De acordo com Butler (2003), a distinção entre sexo e gênero surgiu para questionar a concepção de que a biologia é o destino, mas essa formulação abriu caminhos para pensar que se o sexo é intratável em termos biológicos, o gênero é culturalmente construído. Assim, o indivíduo é contestado pela distinção que abre espaço ao gênero como interpretação múltipla do sexo. Se essa interpretação é múltipla e sentida por cada indivíduo de maneira singular, por que conceber o gênero através de binarismo: feminino/masculino? E também, o que supõe a estabilidade do sexo binário?

O gênero como categoria analítica fez emergir diversos questionamentos e problematizações por ser ancorado nas diferenças sexuais, retirando a contextualidade histórica dos corpos. Propor um conceito a partir das "diferenças entre os sexos" é retornar ao binarismo. Quando compreendemos gênero a partir das diferenças sexuais, sugerimos que a diferença sexual funciona como um estágio pré-discursivo (BENTO, 2006). A ideia do sexo pré-discursivo, significa conceber ele como "um sexo natural", anterior à cultura, pelo qual "uma natureza sexuada" é produzida em uma superfície politicamente neutra sobre a qual age a cultura (BUTLER, 2006). Bento (2006) retoma uma preocupação de Butler referente ao sexo, pois se ele for compreendido como pré-discursivo, a partir de uma lógica binária, será imposto um marco heterossexual para a descrição dos gêneros, da identidade de gênero e sexualidade.

Se as práticas dos sujeitos são construídas através da binariedade, como compreender as experiências das pessoas transexuais, travestis, *drag queens*, *drag kings*, ciborgues, homens com peito, mulheres com pênis?

2.4 Políticas públicas e o processo transexualizador

Para a população LGBT que precisa utilizar os serviços públicos de saúde para realizar determinadas transformações corporais, a confirmação do diagnóstico de disforia de gênero é necessária. O processo transexualizador é um marco das políticas públicas LGBT, porém, ele é fundamentado em uma noção de identidade sexual constituída pela lógica binária de gênero. Para a realização desse processo, deve-se confirmar o diagnóstico de disforia de gênero, o qual traz consigo a ideia de uma concepção normativa do sistema sexo-gênero, fundamentado na binariedade de uma lógica heteronormativa.

Em 1997, o Conselho Federal de Medicina autorizou no Brasil, por meio da Resolução 1.482, a realização de cirurgias de transgenitalização considerando o caráter terapêutico desse procedimento. Para essa intervenção ser legítima, o paciente deve apresentar critérios necessários para a sua realização e o tratamento deve seguir um roteiro rígido que inclui avaliação de equipe multidisciplinar e acompanhamento pela equipe de saúde mental por no mínimo dois anos para a confirmação de um diagnóstico, e então o encaminhamento para a cirurgia (AMARAL, 2007).

O Ministério da Saúde estabeleceu critérios de indicação para a realização dos procedimentos previstos no processo transexualizador apenas para mulheres transexuais, mantendo os homens transexuais sem diretrizes formais de assistência (AMARAL, 2007).

Apesar do surgimento de diversas reformulações dessas diretrizes, nos dias atuais, o processo transexualizador ainda continua apresentando um caráter excludente, pois nele opera a heteronormatividade através da binariedade de gênero.

Para ter acesso ao tratamento do processo transexualizador é necessário provar que seu sexo (genitália) não está de acordo com o seu gênero. Os procedimentos de transformação corporal só irão ocorrer se o "paciente" estiver realizando acompanhamento psiquiátrico e psicológico no período mínimo de dois anos. Nesses atendimentos será necessária a evidência de um sofrimento psíquico que o legitime como "transexual verdadeiro". O transexual verdadeiro será aquele que concebe um comportamento fixo e rígido que se adeque às normas de feminilidade ou de masculinidades impostas pela sociedade (ARÁN; MURTA, 2009).

No início da década de 1950, o endocrinologista Harry Benjamin, defendia a cirurgia de transgenitalização como a única alternativa terapêutica para pessoas transexuais, mas para poder autorizar a intervenção cirúrgica, essas pessoas deveriam ter o diagnóstico de "o verdadeiro transexual". O estabelecimento de tal diagnóstico era fundamentado em critérios tomados por ele como científicos, como a relação de abjeção pelas genitálias. Harry compreendia que a única alternativa terapêutica era a cirurgia, e transexuais verdadeiros que não a realizassem estariam propensos a cometer suicídio. Para ele, psicoterapia era inútil, apenas cirurgias poderiam dar conta dessa "enfermidade". Com isso, a tendência a cirurgias intensificou-se no decorrer das décadas de 1960 e 1970. Nesse momento, foi necessária a produção de saberes que diferenciassem transexuais de gays, lésbicas e travestis (BENTO; LIONÇO, 2012). A necessidade daquela época de produzir diagnósticos diferenciados para transexuais, ganhou concretude nos anos de 1980. A partir dessa década, a transexualidade foi marcada como doença (BENTO; LIONÇO, 2012). Considerando uma denominação biomédica, transexuais seriam os indivíduos afetados por transtornos envolvendo a sua identidade de gênero. O padrão que regula esses "transtornos" é a "normalidade" fundamentada a partir de uma matriz heterossexual (PETRY; MEYER, 2011).

O processo transexualizador segue os critérios estabelecidos na resolução 1652/2002 do Conselho Federal de Medicina que é fundamentado pelo manual de normatização internacional da World Professional Association for Transsexual Health (WPATH). Os critérios de quem pode ou não ter acesso as transformações corporais através do processo transexualizador, será determinada pelas normas regulatórias desse manual, as quais operam no sentido de "reestabelecer" a heterossexualidade ao sujeito

(PETRY; MEYER, 2011).

A cartografia que mapeia o olhar dos manuais diagnósticos é estabelecida por verdades para os gêneros, ou seja, em discursos de um saber-poder que marcam as formas de existência como "normais" ou "patológicas". Não há bases científicas de testabilidade e verificabilidade nas classificações apresentadas por esses documentos. A única coisa que há, são discursos que aprisionam e delimitam subjetividades.

3 METODOLOGIA

3.1 Percursos metodológicos e delineamento da pesquisa: traçando coordenadas para uma imersão na experiência de pesquisa

O construir de um trabalho, pode nos levar para lugares nunca antes habitados por nós mesmos, e o processo de exploração desses lugares podem ser muito potentes se soubermos para onde olhar. O delineado de linhas nos direciona para o objetivo inicial da viagem, porém ele nunca deve limitar as possibilidades. Assim, a construção dessa pesquisa usou um mapa para nos guiar nessa jornada. Esse mapa teve uma importância significativa para conseguirmos responder a um objetivo inicial de forma responsável e ética, da qual nos propusemos inicialmente. Mas é importante dizer, que o caminhar segurando um mapa não significa a impossibilidade de trilhar por linhas que não haviam sido desenhadas nele. Pois um mapa é exatamente isso, um traçado de coordenadas que ilustram alguns caminhos, mas não nos limita à eles. Um mapa é composto por caminhos que já foram habitados por alguém, mas sempre haverá direções não exploradas, estradas não mapeadas, rotas não encontradas. O mapa não pode restringir o potencial de uma expedição, mas possui uma importância significativa para viagens de dias contados que buscam visitar determinado lugares.

Nossa viagem não possui destino final, mas para essa jornada foi importante delimitar lugares para conseguir vislumbrar o objetivo dela. A viagem que falamos nesse trabalho, não é aquela que compramos passagem de volta, pois não há volta. Aqui é passagem apenas de ida, pois não há como retornar, apenas ir, pois queremos explorar e descobrir novas ilhas, mas nunca as colonizar.

O navegar desse trabalho desenvolveu-se a partir de um determinado mapa que nos guiou durante essa viagem. Nesse mapa havia a marcação de lugares que gostaríamos de explorar. Para dar conta dessas visitas, traçamos um método que nos organizou nesse percurso. O método não é (ou não deve ser) o caminho que nos leva à um destino final, mas o modo de como vamos olhar e percorrer por esses caminhos. Segundo Minayo (2002), a metodologia é o "caminho do pensamento e a prática exercida na abordagem da realidade" (p.16), incluindo concepções teóricas de abordagem, técnicas e o potencial criativo do investigador.

O presente trabalho objetivou, através da exploração de um mar em movimento, trazer à superfície a composição dessas ondas. O quê (ou no quê) constitui as ondas que movimentam os barcos que as navegam? Ou como dito inicialmente, quais ritmos

compõem os passos de uma dança? Essas analogias estão querendo nos questionar o que produz a nossa subjetividade. Quais ondas, ritmos ou tecnologias determinam o navegar, a coreografia ou a subjetividade?

A pesquisa realizada nesse trabalho procurou explorar essas questões apresentadas em uma determinada realidade: a da população transgênera que busca nas políticas públicas, mais especificamente no processo transexualizador, as transformações corporais desejadas. Tentamos trazer à reflexão quais são os possíveis significados dessa busca pelas transformações corporais e o que elas estão querendo assinalar. Para isso, utilizamos o método de pesquisa qualitativa, pois segundo Minayo (2012), "o verbo principal da análise qualitativa é compreender" (p.623). Para compreender o Outro é muito importante levarmos em consideração a sua singularidade e entender que cada ser humano vivencia e experimenta situações que podem ser semelhantes a um grupo, mas através de registros particulares.

a vivência é produto da reflexão pessoal sobre a experiência. Embora a experiência possa ser a mesma para vários indivíduos (irmãos numa mesma família, pessoas que presenciam um fato, por exemplo) a vivência de cada um sobre o mesmo episódio é única e depende de sua personalidade, de sua biografia e de sua participação na história. Embora pessoal toda vivência tem como suporte os ingredientes do coletivo em que o sujeito vive e as condições em que ela ocorre (MINAYO, 2012, p.622).

As realidades vivenciadas de diversas formas pelas pessoas, não podem ser quantificadas. De acordo com Minayo (2002), "a abordagem qualitativa aprofunda-se no mundo dos significados das ações e relações humanas, um lado não perceptível e não captável em equações, médias e estatísticas" (p.22). Ela trabalha com diversos significados, motivos, valores, atitudes, crenças, das quais não devem ser reduzidas à operacionalização de variáveis.

Desse modo, as formas de ser e de estar no mundo são singulares, cada sujeito vivencia e experimenta o mundo e a si mesmo de maneira única. Este trabalho buscou pensar o processo transexualizador do SUS junto com pessoas transgênera enquanto um dispositivo regulador e formador de subjetividades. Ao falarmos de transgêneras, estamos falando de maneiras singulares de existir, que fogem dos padrões do binarismo de gênero e sexo. O presente trabalho procurou refletir sobre quais são as tecnologias que atravessam a construção da subjetividade do sujeito e quais são os efeitos do processo transexualizador do SUS na construção dele e da inteligibilidade social.

Dessa forma, construímos essa pesquisa em três momentos: entrevistas não

estruturadas com experts no assunto ou profissionais que entraram em contato com a população transgênera em algum momento de sua carreira profissional; produção midiática e cultural e entrevistas não estruturadas com transgêneras (não criamos um roteiro pré-estabelecido de perguntas, pois, através da cartografia, pretendemos ir construindo as pistas desse processo junto com as pessoas com as quais as conversas e encontros ocorrerão. Justifica-se tal escolha no Anexo A).

Depois do consentimento em participar da pesquisa (Anexo B), marcou-se um momento para a realização da mesma. Não limitamos as entrevistas com perguntas estruturadas, o conteúdo que foi desenvolvido surgiu a partir do que aquele encontro provocou para ambos os participantes. Iniciei as entrevistas falando do que se tratava minha pesquisa e qual é o meu envolvimento nela. A partir dessas falas, construiu-se um norte sobre por quais assuntos pretendíamos explorar.

As entrevistas com as pessoas transgênera possibilitou a construção de reflexões muito importantes sobre os desejos de ter ou não modificações corporais; quais são as formas buscadas para a legitimação dessas mudanças; narrativas de vivências sofridas marcadas pelo preconceito e discriminação; resiliência e resistência, entre tantos outros conteúdos significativos. No caso dos *experts* no tema ou profissionais, as entrevistas contaram com relatos de experiências dos mesmos como profissionais que tiveram contato com essa população, suas percepções sobre o processo transexualizador e a construção de subjetividades produzidas como efeito das tecnologias que nos atravessam diariamente.

Através de registros midiáticos e culturais, seja por tecnologias midiáticas, documentos oficiais, enfim, por um conjunto de conteúdo que nos atravessou durante a construção desse trabalho, foi possível pensar sobre quais são realidades que constroem os nossos espaços e quais formas de resistências e rotas de fuga encontramos para compor nossa existência.

É importante registrar, que para desenvolver a pesquisa delimitamos o perfil das pessoas segundo alguns critérios: maiores de 18 anos e que se disponibilizem a participar da pesquisa de forma voluntária. As pessoas convidadas para participar do estudo deu-se pelo processo da técnica metodológica bola de neve. Segundo Vinuto (2014), essa técnica é uma ferramenta muito importante para estudar determinados grupos de difícil acesso. A amostragem em bola de neve se constrói através de documentos ou informantes chaves, que são denominados *sementes*, com a finalidade de localizar a população necessária para a pesquisa. As sementes ajudam o pesquisador a iniciar seus contatos e após, solicitar

indicações pelas sementes de novos contatos de acordo com as características desejadas.

A presente pesquisa utilizou o método cartográfico para compor seu contorno. Esse método foi inicialmente pensado por Gilles Deleuze e Félix Guattari, no final da década de 1960. Na cartografia não se busca estabelecer caminhos lineares para chegar a um fim, mas investigar um processo de produção. Sua construção caso a caso possibilita procurar o estabelecimento de algumas pistas que visam descrever, discutir e coletivar a experiência do cartógrafo (KASTRUP, 2014). Segundo Passos e Barros (2014), a cartografia é um método de pesquisa-intervenção que pressupõe uma orientação do trabalho do pesquisador que não possui um modo prescritivo ou objetivos estabelecidos previamente. Mas isso não significa que este seja um método sem direção, já que não abre mão da orientação do percurso da pesquisa. As metas não são visadas como produto do caminhar, mas sim, o caminhar que traça, no percurso, as metas a serem estabelecidas. A diretriz do método cartográfico se faz através de pistas que orientam o percurso da pesquisa, de modo que sempre leve em consideração os “efeitos do processo do pesquisar sobre o objeto da pesquisa, o pesquisador e seus resultados” (PASSOS; BARROS, 2014, p.17).

Um método não é um caminho para saber sobre as coisas do mundo, mas um modo de pensamento que se desdobra acerca delas e que as toma como testemunhos de uma questão: a potência do pensamento. A cartografia é uma figura sinuosa, que se adapta aos acidentes do terreno, uma figura do desvio, do rodeio, da divagação, da extravagância, da exploração. Desdobramos, então, nas duas primeiras seções, como a cartografia desterritorializa, faz estranhar e potencializa os sistemas de pensamento da pesquisa em educação. Por fim, exploramos que, se a cartografia converte o método em problema, torna-se metodologicamente inventiva (OLIVEIRA; PARAÍSO, 2012, p. 163).

Sendo assim, a presente pesquisa foi tecida através do método cartográfico e utilizado como recurso metodológico o diário de campo. Segundo Olegário (2011), tal forma de anotação "é pensada a partir da noção do dispositivo, cujo movimento de escrever, ler e pensar possibilita acompanhar e acolher novos encontros tecidos na experiência, que vão dando o tom, o ritmo e a musicalidade à pesquisa" (p.8). O diário de campo, além de ser um resultado da pesquisa é um produtor da mesma, pois opera como um dispositivo gerador de saberes e realidades (BOCCO, 2009).

A cartografia, de acordo com uma definição geográfica, é a ciência e a arte de expressar graficamente, por mapas ou cartas, os variados aspectos de uma paisagem ou de uma superfície. Nessa ciência, o olhar do cartógrafo é parte da construção daquilo que pretende apresentar. Seu percurso, cujas marcas estão registradas no caminho percorrido e em seu diário de bordo, é traduzido em cartas que apontam aquilo que vê e sente (CORREA, 2009, p.35).

Cartografar é traçar linhas. Linhas infundáveis que se multiplicam a cada olhar. Algumas linhas podem definir e dar rotas seguras, outras podem traçar fugas. Linhas que se abrem, se engajam, criam, fabulam e pintam novos mundos. Linhas que dançam! E é através desse movimento que se promove encontros. Potentes encontros!

3.2 Considerações éticas

Ao falarmos de ética em pesquisa, estamos propondo uma discussão política que está sempre aberta para revisão. O grande desafio é definir diretrizes éticas que possam ser aplicadas às mais variadas comunidades científicas, tanto em termos de princípios quanto de procedimentos (MINAYO; GUERRIERO, 2013). A ética em pesquisa “é uma construção humana, portanto histórica, social e cultural” (BRASIL, 2016, p.1).

Visto que o presente estudo visava a pesquisa com seres humanos, o projeto do mesmo passou pela avaliação do Comitê de Ética em Pesquisa da UNISC. Do mesmo modo, esta pesquisa é pautada pelas Resoluções Nº 446/12 e 510/16 do Conselho Nacional de Saúde (CNS). Tais resoluções preveem:

As pesquisas envolvendo seres humanos devem atender aos fundamentos éticos e científicos pertinentes. III.1-A eticidade da pesquisa implica em: a) respeito ao participante da pesquisa em sua dignidade e autonomia, reconhecendo sua vulnerabilidade, assegurando sua vontade de contribuir e permanecer, ou não, na pesquisa, por intermédio de manifestação expressa, livre e esclarecida; b) ponderação entre riscos e benefícios, tanto conhecidos como potenciais, individuais ou coletivos, comprometendo-se com o máximo de benefícios e o mínimo de danos e riscos; c) garantia de que danos previsíveis serão evitados; e d) relevância social da pesquisa, o que garante a igual consideração dos interesses envolvidos, não perdendo o sentido de sua destinação sócio-humanitária. (BRASIL, 2012, p.3).

A pesquisa qualitativa que compôs esse trabalho nos diz sobre a importância de uma responsabilidade ética. “Nasce com a responsabilidade ética de captar o humano, de questionar a neutralidade da pesquisa [...], enfatizando a necessidade de um ambiente de confiança e respeito e não de neutralidade” (SAWAIA, 2005, p.22). Ainda segundo a autora, na pesquisa qualitativa é levado em consideração duas qualidades de problemas, uma diz respeito “as especificidades dos riscos para a ética na pesquisa que ela contém” (p.22) e a outra “considerar que as preocupações necessárias com a ética na pesquisa qualitativa podem comprometer o desenvolvimento pleno de estudos que se valem da abordagem qualitativa” (p.22). Dessa forma, a ética implicada na pesquisa, pode emergir

riscos que dificultem o desenvolvimento da investigação, “em duas dimensões correlatas: uma relacionada à burocratização da ética e outra, ao engessamento da pesquisa” (p.23).

O estabelecimento de exigências éticas e científicas é fundamental em pesquisas que envolvem seres humanos. Toda a pesquisa envolve riscos, sejam eles individuais, coletivos, psicológicos ou físicos. O pesquisador deve estar atento para essa questão visando a preservação da saúde física mental e/ou social dos envolvidos (FREITAS, 2005). De acordo com Sawaia (2005), a realização de um trabalho de pesquisa, deve ser pautada em um compromisso ético com os envolvidos. Além de objetivos claros, as informações compartilhadas com os participantes devem prever riscos, os quais é dever do pesquisador a responsabilidade e sensibilidade de detectá-los, assim como dar resoluções caso isso venha a acontecer.

Ao assumir o compromisso com a investigação daquilo que é da ordem da singularidade e na relação face a face, é preciso incorporar as implicações éticas da repercussão social da pesquisa cotejando-as com as consequências sofridas pelos indivíduos pesquisados. E o que é mais importante, sem que se perca de vista os valores humanistas de defesa da vida digna e feliz, pois a ética não deve ser vista somente nos procedimentos da pesquisa e no protocolo, mas também no motivo pelos quais eles são realizados. Portanto, o protocolo não pode ser visto como um questionário a ser respondido, mas um exercício de reflexão e ação da pesquisa (p.23).

Avalia-se que tal pesquisa possui um risco moderado aos seus participantes, levando em conta de que este suposto risco se configura em função dos temas que serão abordados durante os encontros com os experts, mas principalmente, com a população transgênero. Pressupõe-se que estes temas poderão fazer emergir memórias e sentimentos desagradáveis, levando em conta que poderão surgir relatos que façam menção a atos discriminatórios, preconceitos e estigmas dos quais esse grupo populacional pode ter vivenciado durante sua vida. Desse modo, é garantido a todos os participantes o direito de abandonar a pesquisa, em qualquer período de tempo, sem prejuízo algum, caso essa ação seja necessária.

Não houve benefícios nem prejuízos de caráter econômico a nenhum dos envolvidos na pesquisa, sendo eles pesquisadores ou participantes. Nenhum valor foi pago referente à participação neste estudo. A adesão ocorreu de forma totalmente voluntária. Houve o cuidado em agendar os encontros em locais de fácil acesso aos envolvidos, visando minimizar possíveis transtornos referentes à mobilidade e a locomoção dos mesmos.

O presente estudo pode (ou não) proporcionar questionamentos que dizem

respeito a produção de subjetividades a partir do processo transexualizador do SUS. Por esse motivo, compreende-se que os benefícios desta pesquisa como indiretos, pois não é possível mensurar com clareza quais são, já que cada participante, ou leitor, sentirá de forma singular o que o constitui.

Através do método cartográfico desenhamos caminhos que podem provocar reflexões referentes às diversas formas de se reconhecer no mundo, de reconhecer seu corpo, as sexualidades e subjetividades. Entendemos que essas reflexões são muito importantes levando em consideração que a população aqui referida é vítima de estigmas, preconceito e discriminação ao longo da sua vida, devido a não corresponderem as normas de padrão estético e de sexualidade vigentes na sociedade. Tais normas são impostas, muitas vezes, de forma sutil. Nascemos e crescemos passando por processos de subjetivações normalizadoras, ou seja, tecnologias que constituem sujeitos que reproduzem os padrões vigentes em uma determinada sociedade, dos quais são previamente dados e passam por manutenção a todo momento.

O presente estudo buscou colocar em pauta a maneira como a heteronormatividade e o binarismo de gênero, dentro do processo transexualizador do SUS, constroem subjetivações, já que se trata de discursos disciplinares e reguladores de corpos, os quais operam de forma invisível e se organizam a partir de determinadas práticas governamentais. Compreende-se que identificar essas tecnologias que regulam e disciplinam corpos pode ser um importante disparador de reflexões sobre subjetivações e normatizações, para que assim possamos ampliar nossos olhares à novas formas de se colocar no mundo e compreender que todas as formas de sentir o seu corpo e subjetividade são válidas. Entendemos que a partir dessa perspectiva temos a possibilidade de viver em um mundo com menos preconceitos e discriminações. Dessa forma, o presente trabalho está comprometido de maneira ética e política com a desconstrução da discriminação e do preconceito que ainda se encontram presentes em nossa sociedade.

O acesso à realização de modificações corporais implica na confirmação de um diagnóstico psiquiátrico e o cumprimento de um protocolo terapêutico. Nesse processo, a autonomia do cliente não é preservada pelas normas vigentes, pois para a legitimação do processo transexualizador é necessária a comprovação que o sujeito seja um "transexual de verdade" a partir dos critérios estabelecidos por manuais diagnósticos. Tais normas representam um dispositivo de poder e controle sobre a vida do sujeito, o qual regula sua sexualidade e subjetividade, no momento em que anula a sua autonomia para atender interesses morais dominantes. Nesse contexto, questionamos se o processo

transexualizador no Sistema Único de Saúde é mais uma forma de controle de corpos a fins da garantia à inteligibilidade social. Não questionamos aqui os avanços em termos de direitos e acesso à saúde, mas os efeitos dessas tecnologias de produção de subjetividades e das sexualidades.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O presente trabalho procurou refletir sobre as tecnologias que atravessam a construção da subjetividade do sujeito e quais são os efeitos do processo transexualizador do SUS na construção dele e da inteligibilidade social. Para isso, dividimos a pesquisa em três momentos: entrevistas não estruturadas com experts no tema ou profissionais que entraram em contato com a população transgênera em algum momento da sua carreira profissional; produção midiática e/ou cultural e entrevistas não estruturadas com a população transgênera.

Em um primeiro momento, procurei realizar as entrevistas com os experts no tema e profissionais, após as entrevistas com a população transgênera e no meio disso tudo, a produção mediática e cultural, que nos atravessou a todo momento. A ideia inicial era entrevistar vários profissionais e/ou experts no assunto e população transgênera, entretanto, alguns percalços cruzaram esse caminho e limitaram o número de encontros, mas isso não reduziu de forma alguma a produção de conteúdos potentes para dar seguimento no trabalho.

Não limitamos as entrevistas com perguntas estruturadas, o conteúdo que foi desenvolvido surgiu a partir do que aquele encontro provocou para ambos os participantes. Iniciei as entrevistas falando do que se tratava minha pesquisa e qual é o meu envolvimento nela. A partir dessas falas, construiu-se um norte sobre por quais assuntos pretendíamos explorar. No caso dos *experts* no tema ou profissionais, tive a possibilidade de ter dois encontros, um através de um dispositivo tecnológico e o outro pessoalmente. As entrevistas foram compostas por relatos de experiências no âmbito profissional e afetivo com a população transgênera. Esses dois encontros, com profissionais diferentes, resultaram em diversas consonâncias. Ambas as falas, falavam da importância de trazer para os espaços que ocupamos discussões de sobre gênero e as diferentes formas de ser e estar no mundo. Em relação aos seus entendimentos referentes ao processo transexualizador do SUS, ambas questionaram a patologização das identidades (ou experiências) transexuais, a necessidade do laudo psiquiátrico que categorize essa vivência como patologia e de como é organizada a psicoterapia no processo transexualizador. Em uma das entrevistas, ficou claro o posicionamento contra a psicoterapia compulsória de modo que ela produz formas de sofrimento e violência. Para a outra profissional, ela compreende a psicoterapia como algo obrigatório, porém questiona a forma de como ela acontece.

As entrevistas foram marcadas por muita emoção e trouxeram para superfície a importância de repensarmos a forma que estamos organizados politicamente e como essas tecnologias de governo operam como práticas de exclusão. A partir de olhares singulares, as entrevistadas falaram sobre suas percepções sobre as técnicas que compõem o processo transexualizador e a (des)construção de subjetividades como efeito delas.

Tive a possibilidade de entrevistar três pessoas transgêneras. Ambos os encontros possibilitaram a construção de reflexões muito importantes sobre o desejo de realizar ou não modificações corporais. Além de narrativas de vivências marcadas pela exclusão e sofrimento, resistência e resiliência.

Encontrei-me com três pessoas maravilhosas, todas com suas particularidades. Através de registros singulares, essas pessoas compartilharam comigo suas histórias de vida e de como sentiam a sua experiência de gênero. Relatos emocionantes repletos de muita luta e coragem. Alguns assuntos atravessaram as três vivências, como por exemplo, a forma singular de cada uma de se sentir no mundo e da busca pela congruência de seus sentimentos e desejos; a busca por tecnologias para realizar alguma modificação corporal; e o medo que fez parte e ainda faz de suas vidas.

Duas dessas pessoas passaram pelo processo transexualizador, a que não passou diz não sentir vontade de ingressar nele, pois buscará as transformações desejadas através de outros profissionais. As pessoas que realizaram o processo transexualizador, realizaram em épocas diferentes, dessa forma, processos diferentes. Mas apesar de algumas diferenças, ambos os casos dependeram de um laudo psiquiátrico para a realização das modificações corporais. O diagnóstico desse laudo era fundamentado nos critérios de manuais diagnósticos vigentes naquela época, mas apesar de nomenclaturas distintas, ambos patologizavam a experiência de gênero.

Como dito anteriormente, a realização da pesquisa foi dividida em três partes. Os recursos midiáticos e culturais estavam sendo produzidos e recortados a todo momento. Através de recortes midiáticos e culturais, por tecnologias produzidas na mídia, documentos oficiais, enfim, por um conjunto de conteúdo que nos atravessou durante a construção desse trabalho, foi possível pensar sobre quais realidades constroem os nossos espaços e quais formas de resistências e rotas de fuga encontramos para compor nossa existência. Durante o decorrer da pesquisa, alguns assuntos muito importantes ganharam cena em alguns dispositivos tecnológicos, como a despatologização das identidades transexuais no processo transexualizador. Novas resoluções foram pautadas pelo Conselho Federal de Psicologia como resposta aos acontecimentos vivenciados nos

últimos meses.

Para conseguir articular todos os conteúdos presentes nessas três divisões do trabalho com fundamentação teórica de modo que gere reflexões, buscamos estabelecer três pistas que direcionam a nossa construção de ideias, a saber: dicotomia dos gêneros, heterossexualidade como um arranjo biopolítico e estratégias de resistência.

4.1 Dicotomia do gênero

Os diferentes contextos que estamos inseridos, atravessados por realidades e particularidades de cada sujeito, registram a nossa existência de forma singular. Por mais que coletivos estejam inseridos em situações parecidas ou iguais, cada indivíduo irá sentir de forma única, já que sua vivência é composta por registros particulares. O sujeito terá reconhecimento a partir do lugar que ocupa em determinado espaço e esse lugar é marcado pelo gênero, raça, religião, etnia, entre outros marcadores. O mundo de cada sujeito se constrói a partir desses lugares. Dessa forma, questiona-se a utilização de identidades como um conjunto de características que explicará o sujeito como um todo. Se cada sujeito é composto por seus nuances, por que devemos pensar em uma identidade de gênero e sexual de forma universal que irá reduzir as suas possibilidades de ser?

A sexualidade e o gênero são discursos construídos culturalmente e possuem a função de determinar comportamentos e controlar atos e corpos, já que se ilustram através de uma estilística corporal e estética definida como apropriada, assim, estabelecendo os espaços que cada sujeito ocupará na sociedade (BUTLER, 2003). Dessa forma, a sexualidade e gênero operam como dispositivos de poder que buscam através de uma matriz heterossexual, a legitimação dos corpos que ocupam esses espaços. De acordo com Scott (1995), existe uma ordem social, marcada por um sistema binário, que regula as formas de se comportar, pensar, agir e se colocar no mundo. Essas regulações são expressões das relações de poder vigentes na sociedade.

As entrevistas realizadas com a população transgênera, trouxe relatos que ilustraram a existências desses dispositivos de poder em vários espaços e épocas diferentes de suas vidas, mas teve alguns mais marcantes, como em suas infâncias ou adolescências. Sempre houve cobranças, não apenas de familiares, mas também das pessoas de seus convívios, de uma vivência de gênero marcada por estereótipos e que respondesse ao sistema sexo-gênero. Suas infâncias e adolescências foram marcadas por discursos: "menina/o faz assim", "isso não é coisa de menina/o", "você não se parece com

uma menina/o". Esses discursos agem como tecnologias que irão prescrever regras, baseadas em uma norma de gênero hegemônica, a qual irá moldar a experiência de subjetividade daquele sujeito e/ou marcar ela com discriminações, preconceitos e exclusões.

A principal forma de exercício de poder é o regime disciplinar, o qual produz um discurso que as ciências humanas constituirão como norma. Esta normatividade opera de forma intrínseca às práticas históricas e sociais, atuando como um ideal regulador, estabelecendo fronteiras entre determinadas práticas consideradas inteligíveis e reconhecíveis e outras ininteligíveis e abjetas, a que constituem os "anormais" (FOUCAULT, 1999). Observamos em algumas relatos das entrevistas com a população transgênera, o poder que esses ideais reguladores exercem em um corpo, e para os que fogem dessas normas, o não reconhecimento dele é a consequência. Suas existências não são visíveis, não alcançam o reconhecimento do outro. Em uma das narrativas, um dos participantes refere ter investido em performances de gênero para ser reconhecido socialmente, porém, através do gênero que lhe prescreveram ao nascer. Por mais que tentasse marcar seu corpo através de estereótipos de gênero, não foi possível alcançar o reconhecimento. Não o dele! Realizar performances de uma vivência que respondesse um sistema binário sexo-gênero, pode trazer a inteligibilidade social, mas não o reconhecimento do sujeito, para ele mesmo. *"Eu tentei me encaixar nesse estereótipo feminino por muito tempo, só que isso foi me deprimindo tanto, de uma forma que eu não sabia de onde vinha essa tristeza. Eu não me enxergava, as pessoas me viam, mas eu não"*.

O gênero é marcado por uma estética que dará forma à ele. A estética dos gêneros se fez presente nos relatos dos entrevistados, nas suas infâncias e também dentro do processo transexualizador. A estética fundamentada por um sistema binário dará estabilidade ao corpo. Ela será construída através de reinterações, iniciando nas proibições na infância, como por exemplo, qual roupa não usar, cores proibidas, atitudes impróprias. Da mesma forma funciona no processo transexualizador, pois segundo relatos das entrevistadas que passaram pelo processo transexualizador do SUS, a pessoa que não tinha sua vivência marcada por uma estilística de gênero, tinha mais dificuldades de iniciar a processo, desistia dele ou era "banida": *"lá, tu pode perguntar para qualquer um que passou pelo processo transexualizador, tu tem que ser a barbiezinha, a mulherzinha para poder ser operada. Comportamentos que não sejam estereotipados eles não aceitam. As que não eram tão femininas não conseguiram se operar, algumas foram*

banidas".

Segundo Bento (2006), o gênero adquire vida através de roupas, de olhares, de gestos, ou seja, de uma estilística definida como apropriada para aquele gênero definido. Essa estilística irá se estabelecer através de repetições que funcionam como citações das verdades estabelecidas para os gêneros, as quais são fundamentadas numa crença de que são determinados pela natureza. Agir de acordo com um/a homem/mulher é colocar em funcionamento um conjunto de verdades interpretadas como naturais. Dessa forma, as construções de gênero se cristalizam em formas que parecem normais e permanentes, e se articulam à ideia de que ele é dependente do sexo. Assim, se estabelece a relação de coerência entre essas categorias, resultando na heterossexualidade como norma sexual e social.

A estilística do gênero é muito importante dentro do processo transexualizador do SUS. De acordo com os relatos, estereótipos femininos/masculinos darão a legitimação para as mudanças corporais. A forma como o indivíduo se posiciona dentro do processo transexualizador, irá determinar se ele fará as modificações corporais ou não. Dessa forma, notamos a presença de uma política pública marcada por linhas duras, que operam a partir de um sistema binário. Ao compreender as formas de existir por um sistema dualista, dicotômico, produzimos exclusões. O sujeito que não sente sua vivência de acordo com essas normas é excluído e punido. A punição acontece quando lhe tiram sua autonomia e deslegitimam a sua existência.

O processo transexualizador é atravessado por linhas duras, que segundo Deleuze e Guattari (1995), são linhas que buscam manter a ordem e evitar o que é considerado inadequado, impróprio, conforme determinado contexto histórico/social. As linhas duras são linhas de controle, enquadramento e normatização. Por serem linhas duais não consideram nuances, agrupam os sujeitos em dois grupos, seguindo a lógica de quem pertence ou não ao contexto do qual essas linhas atravessam. Essa dualidade compõe as políticas públicas, pois funcionam através de uma lógica identitária marcada pelo binarismo de gênero.

A lógica identitária ao incluir determinadas formas de existir em categorias, produz exclusões. Seu funcionamento regido por um conjunto de normas define quais são os sujeitos legitimados, e os que não se enquadram nessas categorias são punidos. A punição é justamente a marcação das diferenças e o que se opõem as normas, é jogado à margem. Percebemos isso na fala da participante da pesquisa, quando ela diz que as transexuais mulheres que não são tão femininas não serão operadas e poderão ser

"banidas" do processo. Dessa forma, o processo transexualizador pode ser compreendido como uma tecnologia de poder, que dirá quais corpos são reconhecidos pelas políticas de Estado fundamentadas por categorias identitárias.

As políticas públicas funcionam como naturalizador de identidades, fundamentadas no determinismo biológico. Os documentos referentes às políticas públicas funcionam como um dispositivo de controle, pois produzem práticas e dizem quais modos de viver são possíveis, legitimados ou desejáveis. Essas políticas contribuem para a construção de identidades sexuais e as tornam categorias estáticas, operando como um dispositivo de controle. (SAMPAIO; GERMANO, 2014).

Os documentos referentes às políticas públicas são materiais que se propõem estabelecer regras e dizer quem pode acionar esse conjunto de ações políticas. Esses documentos são importantes para a governabilidade, isto é, o "conjunto constituído pelas instituições, procedimentos, análises, reflexões, cálculos e táticas que permitem exercer esta forma bastante específica de poder, que tem por alvo a população" (FOUCAULT, 1987, p. 291). Assim, as políticas públicas possuem uma importância muito significativa na construção do Estado, já que funcionam como uma forma de governabilidade na qual operam diversos dispositivos que atuam como ideais reguladores, estabelecendo fronteiras entre práticas tidas como inteligíveis e ininteligíveis.

Sendo assim, compreendemos que o processo transexualizador é uma tecnologia que opera para uma forma de governabilidade. O sujeito que deseja iniciar as modificações corporais através dele, precisa ser reconhecido como um "transexual de verdade". A categoria transexual foi cunhada há muito tempo por um saber-poder médico, para diferenciar homossexuais, transexuais e travestis. O transexual fez/faz parte de uma categoria identitária produzida por um modelo biomédico fundamentado em uma matriz normativa heterossexual. O termo transexualidade por muito tempo foi compreendido como uma enfermidade, uma identidade construída mediante deslocamentos. A categoria transexual pode operar como um dispositivo que diz quais experiências são consideradas legitimadas, a partir de conceitos universalizantes. No momento que o processo transexualizador utiliza a categoria transexual compreendida através de experiências universalizantes, ele estará reduzindo as possibilidades de ser e tirando a autonomia do sujeito que reivindica modificações corporais. Dessa forma, produzindo "verdades sobre os corpos". O sujeito que pode ter acesso a essa política, precisa ter sua vivência marcada por uma estética do gênero, a qual é fundamentada pela heterossexualidade.

Segundo Butler (2003), não há corpos que preexistam à sua inscrição social, uma

vez que não há existência que não seja no social. O gênero é algo que fazemos e não algo que somos, dessa forma, ele pode ser reinscrito performaticamente de maneira que demonstram seu caráter construído, artificial. Os indivíduos que não desempenham corretamente o gênero que lhe são designados ao nascer são punidos. Seja pela exclusão, por discriminação, violência ou a luta pela legitimidade. O processo transexualizador pode ser uma tecnologia que estabelecerá o reconhecimento para aqueles sujeitos que desejam intervenções corporais, entretanto, ele seguirá um protocolo rígido fundamentado em uma matriz heterossexual que pedirá ao sujeito que ele assuma o gênero identificado.

Tal norma pode ferir algumas pessoas, pois se o processo transexualizador do SUS é marcado pelo binarismo de gênero e sexual (veremos com mais detalhes no subtítulo a seguir) e solicita que se assuma o gênero identificado, como as experiências transexuais que fluem entre os gêneros ou vazam deles, são compreendidas pelo processo transexualizador?

4.2 Heterossexualidade: um arranjo biopolítico

Quais tecnologias discursivas fazem com que o sujeito se sinta "anormal" ou "normal"? Será que a patologização das identidades transexuais não faz parte de um conjunto de tecnologias que produzem a "anormalidade" quando dizem quais corpos são "verdadeiros transexuais"? Dizer que existe um corpo verdadeiro não é limitar as possibilidades de existir?

Quando falamos que "ser mulher" não é o suficiente para traduzir e marcar uma vivência, por que a categoria transexual pode operar como produtora de verdades sobre esses indivíduos? Toda/o transexual é igual? O que é transexual? Existe transexual? Ler esses questionamentos pode gerar estranhamentos logo de início, mas se mudarmos o exemplo e substituirmos a palavra transexual por mulher ou homem, talvez fique mais fácil de compreender. Sendo assim: Toda mulher é igual? Todo homem é igual? Existe mulher? Existe homem?

A transexualidade é uma experiência que se localiza no gênero e as transformações corporais que fazem parte do processo transexualizador não nos revelam nada sobre a orientação sexual dessa pessoa (BENTO, 2006). Por isso, ao falarmos de uma nosografia, transexual universal (transexual de verdade) é necessário refletirmos sobre gênero e sexualidade.

Por muito tempo foi negada a homossexualidade entre transexuais, pois ao pensar gênero através de um sistema sexo-gênero fundamentado no binarismo, reforçamos a ideia da heterossexualidade como norma. Na matriz heteronormativa, espera-se que alguém biologicamente fêmea exiba performances de gênero feminino e tenha desejo por homens. A lógica heterossexual opera como um dispositivo de poder, pois produz discursos de verdades sobre os corpos. Ela está inserida na organização da sociedade como uma estratégia biopolítica, e nos dirá quem habita na inteligibilidade social.

O processo transexualizador do SUS, atravessado por essa biopolítica, regula e produz corpos e subjetividades. O relato de uma das entrevistadas que passou pelo processo transexualizador, nos ilustra a heteronormatividade operando nele: *"uma trans foi banida do programa após dizer que se relacionava sexualmente com homens e mulheres"*, outros relatos ilustram a mesma situação: *"quando ela disse que era bissexual foi encaminhada para psicoterapia individual, depois de um tempinho disseram que ela não ia mais participar do processo"*; *"eu já ouvi de várias pessoas lá de dentro, até mesmo de profissionais, que quando a pessoa é homossexual ou bissexual complica a realização da cirurgia"*; *"uma trans do meu grupo disse que tinha desejos afetivos e sexuais por homens e mulheres, ela não pode fazer a cirurgia de redesignação sexual"*.

Percebemos a partir desses recortes da entrevista que ainda hoje a homossexualidade ou a bissexualidade não fazem parte da vivência transexual dentro do processo transexualizador. Dessa forma, marca-se essa categoria como uma identidade universal fundamentada na heteronormatividade. As tecnologias de poder que operam dentro do processo transexualizador atuam através do dispositivo da "normalidade", que ao produzir sujeitos inteligíveis, coloca à margem os ditos "anormais". Sendo assim, o sujeito que possui sua vivência de gênero fora dos sistemas binários, como será visto pelo processo transexualizador do SUS? Quando o processo transexualizador não realiza a cirurgia de redesignação para pessoas bi/homossexuais, o que ele está dizendo através dessa exclusão? Esses sujeitos não são corpos que pesam para o Estado?

Vivemos em uma sociedade organizada a partir de uma matriz heteronormativa, a qual dirá o lugar do sujeito e das suas possibilidades de existência dentro dela. De acordo com Preciado (2002), os corpos ganham status dependendo do território que eles ocupam: da normatividade ou da aberração. Os sujeitos que fogem das normas que organizam esses territórios causam desestabilidades e ficam sujeitos à punição.

A punição terá diferentes formatos, dependendo do lugar que o sujeito está ocupando ou gostaria de ocupar. A marcação da diferença, exclusão, inteligibilidade,

perda da autonomia, violência (física e psicológica), patologização da experiência de gênero, entre tantas outras formas de punição. O processo transexualizador do SUS também produz formas de punição, pois ele não compreende todas as experiências transexuais como legítimas. Nele a categoria transexual é marcada por uma lógica universalizante que exclui algumas maneiras de experienciar o gênero. A fala de uma trans entrevistada fala justamente sobre isso: "[...] *eu sinto o meu gênero, a minha identidade, de forma única. Ser mulher pra mim é diferente de ser mulher para você. Ser trans é diferente para cada pessoa*". Essa fala vem de encontro com o que estamos tentando apresentar nesse trabalho, a ideia de que cada sujeito é singular e não deve ser reduzido à categorias identitárias, principalmente quando elas promovem exclusões, ferem os direitos humanos e roubam a autonomia e as possibilidades de existir.

Para o acesso às intervenções do processo transexualizador do SUS, necessita-se de um acompanhamento psiquiátrico e psicológico por no mínimo dois anos. Além desses acompanhamentos, a confirmação do diagnóstico de Disforia de Gênero será fundamental para dar continuidade ao processo. O processo transexualizador conta com uma equipe multiprofissional a qual trabalhar em conjunto para confirmar o carimbo de "transexual verdadeiro". Pelo protocolo que orienta o processo transexualizador do SUS, toda pessoa que queira realizar a cirurgia deve realizar o teste de vida real (usar as roupas do gênero identificado diariamente), tomar hormônios, exames laboratoriais e realizar alguns questionários de personalidade.

Como os objetivos específicos do trabalho são questionar a patologização das identidades transexuais e psicoterapia compulsória do processo transexualizador do SUS, iremos nos atentar para essas suas situações, mas compreendemos que todo o processo deva ser investigado de forma cuidadosa e crítica.

A confirmação do diagnóstico de disforia de gênero, conforme o manual diagnóstico DSM-V, irá viabilizar os procedimentos cirúrgicos e hormonais do sujeito dentro do processo transexualizador. Questionamos aqui, a necessidade de um diagnóstico que reforma a patologização das identidades transexuais. O sujeito depender de um diagnóstico que patologize a sua experiência de gênero para conseguir acessar as modificações corporais desejadas, denuncia um sistema excludente que faz com que o sujeito tenha que pedir licença para o Estado pra viver da forma desejada. O transexual dependerá do diagnóstico para poder iniciar as transformações desejadas em seu corpo, assim, suas vontades, direitos e corpos são governados por um poder médico.

Uma das profissionais entrevistadas, traz suas observações sobre a necessidade do

diagnóstico para a realização das mudanças corporais: "[...] a pessoa precisa do laudo, do psicólogo e do psiquiatra, para dizer que ela é. Como se ela precisasse do saber médico para dizer algo que ela já sabe, para dizer que ela é transexual". A necessidade do laudo com o diagnóstico de disforia de gênero anula a possibilidade da existência das múltiplas experiências de gênero, além de dizer para aquela pessoa que a verdade sobre ela mesma está no saber-poder médico.

É importante entender a forma como os manuais diagnósticos categorizam as identidades transexuais como patologia. Segundo Bento e Pelúcio (2012), seus dados (sobre disforia de gênero, transtorno de identidade), são baseados na argumentação da observação e referenciam-nas nas ciências biológicas. O pensamento científico hegemônico, confere cientificidade de seus achados, pelas recorrências observáveis nas relações entre os gêneros, isto é, ele é o pensamento científico é construído através de normas de gênero, sem nenhuma validação científica. A pretensão científica não sustenta a ideia do diagnóstico de transtorno de identidade de gênero, pois além de não haver nenhum exame físico que comprove esses dados, seus saberes são baseados em discursos tidos como verdades absolutas sobre o gênero. "Quem formula esses códigos é um grupo fechado de especialistas orientados pelos preceitos heteronormativos que, aliás, tem fundamentado a ciência ocidental moderno" (BENTO; PELÚCIO, 2012, p. 578).

O discurso psiquiátrico parte da noção de que o diagnóstico é o resultado do conhecimento produzido através do método científico. No entanto, se o método é tão confiável, porque todos nós, pessoas transexuais, vivemos nosso gênero de maneira tão distinta? Se há uma condição congênita ou biológica para a suposta "transexualidade", como se explica, então, que alguém decida se trans aos 14 anos e outras pessoas aos 40 ou 80? E como explica as diferenças na maneira de viver o gênero - e os trânsitos entre todos estes - nas diferentes classes sociais? (WALTERS, 2011, p.249).

Por que diagnosticar o gênero? As verdades estabelecidas socialmente para o gênero podem ser compreendidas como discursos que operam por linhas duras, elas determinam o que está no campo do "normal" e da "aberração". A criação do diagnóstico de disforia de gênero determina em qual território o sujeito se localiza e a partir desse lugar ele será enxergado pelo Estado. "Concordar que o gênero continue sendo diagnosticado, em vez de questionado, é permitir que os seres construídos como abjetos devam continuar habitando as margens do Estado" (BENTO; PELÚCIO, 2012, p. 577).

Durante uma das entrevistas, uma das profissionais falou sobre percepções em

relação ao processo transexualizador e eu gostaria de fazer alguns recortes da sua fala no momento que ela questiona a necessidade do laudo que categoriza a experiência de gênero como patologia: *"A própria instituição causa violências na população, principalmente no momento em que patologiza a experiência trans, ferindo seus direitos humanos"; "Algumas mudanças ocorreram nos nomes desses diagnósticos com o passar dos anos, mas que no final, acabavam dizendo a mesma coisa: reforçando a patologização da experiência de gênero"*.

A violência institucional promove o preconceito e as discriminação. A utilização de uma categoria diagnóstica que diga que aquele sujeito possui uma experiência de gênero transtornada, nos faz questionar a forma como o gênero dirá a verdade sobre aquela pessoa. Percebemos que o sujeito só adquire o reconhecimento social quando a sociedade seu gênero. Uma das pessoas transgêneras entrevistadas traz uma experiência nesse sentido, pois quando eram adolescentes, as pessoas ficavam confusas ao ver aquele corpo que não era marcado por estereótipos de gênero que correspondesse o sistema sexo-gênero. Olhares discriminatórios que vinham de todos os lados aprisionavam sua potência de ser. O medo fazia e ainda faz parte de seus dias: *"Existir é uma luta diária"*.

"Para que uma pessoa se assuma como indivíduo transgênera e diga que não está feliz do jeito que está vivendo, já passou por vários processos de exclusões em sua vida e com certeza de elaboração e reflexão". Essa é uma das falas de uma profissional entrevistada, a qual nos ilustra o processo que a pessoa transgênera passa até conseguir dizer gostaria de modificar algo em seu corpo, ou que não está se sentindo bem, ou que não se sente pertencendo da forma hegemônica que a sociedade é compreendida, por sistemas binários de gênero e sexo.

A psicoterapia também faz parte do processo transexualizador, como uma estratégia do mesmo de acompanhar as pessoas que gostariam de realizar modificações corporais. Ela pode ser realizada de forma individual ou grupal, sendo que a de grupo é uma terapia quinzenal. E se a pessoa que está participando desse processo de psicoterapia tiver algumas faltas, o seu acesso ao processo transexualizador será repensado. Como os hospitais que realizam tal procedimento são poucos, em apenas alguns Estados no Brasil, muitas pessoas, por não morarem perto, sentem dificuldades de participar quinzenalmente de atendimentos psicológicos, os quais não foram solicitados inicialmente pelo cliente, mas faz parte de uma obrigatoriedade do processo.

Uma das profissionais entrevistadas trabalhou como parte integrante da equipe multiprofissional do processo transexualizador:

Quando eu comecei a trabalhar [...] eu me deparei com o que é o verdadeiro sofrimento humano, o sofrimento de tu não ser entendido, o sofrimento de tu não ter um lugar de sujeito na sociedade, porque esquizofrênico têm, ok, é difícil conviver com ele, mas todo mundo se compadece por ele ter uma doença. Na questão das pessoas transgêneras não tem compadecimento, tem julgamento, tem crítica, tem juízo de valor, tem: 'elas não podem ser boas, elas não podem conviver conosco'.

Essa fala nos mostra alguns dos sofrimentos vividos pela população transgênera de ter que pedir autorização para existir. Ainda segundo ela *"parece que ele tem que pedir licença a todo momento para existir. Uma amiga minha trans me falou que ela sente que precisa pedir permissão e desculpas para as pessoas todos os dias por existir"*. Claramente, são narrativas de muita dor e luta. Onde sua existência não é legitimada, sua subjetividade não é reconhecida. Estas são questões claras de sofrimento, que poderiam ser trabalhadas na psicoterapia se houvesse o desejo dessas pessoas.

A legislação do CFM indica a obrigatoriedade da psicoterapia por no mínimo dois anos para as pessoas que desejam passar pelo processo transexualizador do SUS. Nesse momento, ele passa pela prova de vida, que é a avaliação que dirá se ele é mesmo um transexual (transexual de verdade). A cirurgia de redesignação só será realizada após a confirmação do diagnóstico de transexual de verdade, fundamentado pela heteronormatividade, como vimos anteriormente.

A psicoterapia por ser obrigatória, de forma compulsória, gera violência institucional. *"A psicoterapia compulsória produz formas de sofrimento e violência. O processo transexualizador é transfóbico por gerar violência institucional"*. Tirarmos a autonomia do sujeito ao obrigar o mesmo a passar por um processo terapêutico. Mesmo que os profissionais sentissem que existe um sofrimento a ser investigado, são questões muito delicadas que devem ter o consentimento do cliente para iniciar a processo psicoterapêutico. Mas aqui estamos falando de uma psicoterapia que vise o autoconhecimento e a promoção de saúde da pessoa, entretanto, conforme alguns relatos das pessoas que passaram pelo processo transexualizador, não foi dessa maneira que aconteceu.

Uma das participantes relatou ter participado de apenas uma consulta individual com psicólogo, a qual se resumiu em uma triagem que buscava investigar um pouco da sua história de vida. Os outros atendimentos ocorreram de forma grupal, grupos quinzenais, compostos por pessoas que desejavam modificações corporais. Mas ela não sabia me dizer se esses grupos eram realizados por profissionais da área da psicologia. A

outra participante entrevistada relata não se lembrar de ter realizado psicoterapia. Dessa forma, podemos notar que a psicoterapia compulsória no programa transexualizador é apenas para sujeitos que não correspondem o sistema sexo-gênero-desejo. Os que possuem corpos marcados por estereótipos de gênero não são encaminhados para psicoterapia individual.

O processo transexualizador do SUS é agenciado pela heterossexualidade, pois de acordo com as entrevistas realizadas, o sujeito que não corresponde uma lógica heteronormativa, tem a sua passagem pelo programa mais rígida e encontra dificuldades de acessar as intervenções desejadas.

A heterossexualidade que opera como norma na nossa sociedade, também circula pelas salas do processo transexualizador do SUS. Confirmar ser um transexual de verdade e realizar obrigatoriamente psicoterapia são formas de violências que se instituem nas "diretrizes regulatórias da política pública". O sujeito que não corresponde o sistema sexo-gênero-desejo tem a sua autonomia agredida ao lhe tirar o direito de acessar essa política pública.

A partir dos relatos das entrevistas, notamos que a heteronormatividade circula entre todos os espaços da sociedade, dentro e fora das paredes. Essa tecnologia de poder limitará os direitos das pessoas. A sexualidade opera como produtora de verdades sobre os sujeitos. O sujeito de direito será aquele que corresponde as normas hereronormativas da sociedade, por esse motivo, a heterossexualidade pode ser compreendida como um arranjo biopolítico, já que através dela constitui o que é legitimado dentro de determinado espaço.

4.3 Estratégias de (r)existência

Quando Simone de Beauvoir (1940) proferiu a frase "ninguém nasce mulher: torna-se mulher", instaurou-se um processo reflexivo que se encontra em ressonância até os dias atuais. Essa expressão causou muito impacto nas pessoas e na forma como elas olhavam para o mundo. Por anos foi utilizada como grito de luta, por vezes problematizada, mas inegável o seu marco como linha de fuga de uma determinada época. Através dela, iniciaram-se diversas reflexões sobre o fazer-se mulher. Logo, fazer-se homem. Fazer-se trans. Fazer-se. Fazer?

O fazer-se naquela época dependia de um conjunto de normas e valores (preferências, comportamentos, gestos) que operavam como marcas que dariam uma

identidade a alguém. Por mais que o conceito de identidade possua diversas problematizações, naquele tempo, ele serviu como estratégia de resistência, pois, a partir dele, iniciou-se um processo reflexivo de teorização sobre a constituição da mulher e do homem no âmbito cultural. Tais reflexões contribuíram para uma nova composição do conhecimento científico, apesar dele ainda recorrer à biologia para responder demandas do âmbito cultural/social.

O conhecimento científico opera como um dispositivo de poder, por deter "verdades" sobre os corpos. A Ciência, através de seus discursos, atua como uma tecnologia disciplinar, pois busca o controle e a normalização de corpos e subjetividades. É através de tecnologias que a vida do sujeito é governada e as mesmas reiteram, a todo o momento, o que é tido como "normal". O corpo capturado por tecnologias de poder é transformado e constituído incessantemente. Dessa forma, não cabe mais pensar o corpo através de pressupostos essencialistas, como algo natural e inerte à vida, já que ele se constrói conforme o que lhe atravessa. Por isso, podemos compreendê-lo como plástico, maleável, moldável, artificial.

Os corpos são transformados, reinventados, repensados, conforme são atravessados por determinadas tecnologias compostas por saberes e poderes. Os gêneros e as sexualidades são construídos por inúmeras práticas, marcas e aprendizagens de diversos contextos sociais, culturais e políticos. São processos sem fim, reiterados através de repetições constantes da família, religião, escola, emprego, namoro, entre tantos outros. Mas todas essas instâncias não são fixas, também estão em movimentos, o que nos faz novamente destacar o corpo como maleável, plástico, fluído, mutante.

A mídia possui um papel importante como meio regulador e controlador de vida. A todo momento os jornais, revistas, músicas, televisão, internet, etc., estão (re)produzindo e (re)afirmando maneiras de ser e de estar no mundo. Estamos mergulhados em um mar de normas, regras, ordens, conselhos, dicas, de quem devemos ser, o que devemos ter e para onde devemos ir (até nos diz com qual carro ir ou desejar ir). A mídia e a cultura são interdependentes, se retroalimentam e podem se constituir potentes pedagogias culturais, ou conforme Dona Haraway (2009), tecnoculturas. Segundo Bento (2006), não existe um corpo anterior à cultura, ele é fabricado por tecnologias precisas.

Segundo Haraway (2009), as tecnoculturas organizam a nossa sociedade e não há como as desvincular da política. De acordo com a autora, as tecnoculturas operam como reguladoras de questões políticas, como: quem vive? Quem morre? A qual preço? Ou

seja, quem são os sujeitos de direitos? Quais corpos e subjetividades são legitimadas ou produzidas pelas formas de governabilidade? Quais corpos que pesam?

As normas regulatórias que governam nossas vidas buscam assegurar o funcionamento da hegemonia heterossexual. Através de instituições, por meio de repetições, essas normas são reiteradas e reafirmadas. Dessa forma, produzindo discursos de quais corpos pesam dentro da sociedade, isto é, quais sujeitos são reconhecidos e amparados pelo Estado, a mídia e a cultura são instâncias valiosas para a instauração da norma na sociedade. Sutilmente (e estrategicamente), a mídia controla nossos corpos e subjetividades, pois (re)produz diversos discursos que capturam o sujeito e também os produzem. Desde seu surgimento ela nos ensinou a desejar e o que desejar, o que ser e quem devemos querer ser.

A mídia é produtora de discursos que reafirmam determinados ideais normativos, como as formas universais de feminilidade e masculinidade, além de instituir a sexualidade hegemônica: a heterossexualidade. Dessa forma, a mídia pode ser compreendida como uma tecnologia que opera para uma determinada cultura. Sendo assim, ela pode tanto fazer parte de práticas de governo, como de estratégias de resistência. De forma rizomática, a mídia suscita movimentos, algumas mudanças, mesmo que pequenas, que possibilitam a transformação de linhas de segmentaridade duras em maleáveis. A mídia vem mostrando outras possibilidades de viver os gêneros e as sexualidades. Um pouco mais lenta em determinados recursos mediáticos, como por exemplo, televisivos, e algumas mais marcantes e subversivas, como os recursos musicais.

Durante as entrevistas com a população transgênera, houve dois relatos sobre as possibilidades de mercado de trabalho para essa população. Não esmiuçarei essa questão, pois não cabe nesse momento, apenas recortarei uma frase que fala sobre as mídias televisivas e a visibilidade da população transexual: "*[...] para representar um transexual na novela ou em filme eles contratam atores cisheterossexual ao invés de dar espaço para um trans mostrar sua existência*". Através dessa fala, podemos notar que mesmo as mídias televisivas abrindo espaços para falar de assuntos antes invisíveis por elas, quando abordadas, seguem uma forma caricatural que reforça sistemas binários, além de estigmas e preconceitos.

Mesmo em passos lentos, a resistência vai compondo seus ritmos fluídos e rizomáticos. Se a mídia deseja retratar uma cultura de resistência, poderá fluir espaços

potentes e possibilidades da criação de novos territórios. Nos últimos anos, centenas de artistas, através da mídia, iniciaram trabalhos para dar visibilidade a realidades que até então ficavam invisíveis aos olhos da sociedade. O que a sociedade rejeita, a arte traz para a cena com muita potência e ressonância.

Para construir o presente trabalho, alguns artistas tiveram uma importância significativa. Ele foi sendo escrito ao som de Linn da Quebrada, Liniker, Karol Conka, entre tantos outros artistas maravilhosos. Através de músicas com um teor político, subversivo, de resistência, abriram-se espaços para outras formas de ser e de estar no mundo serem reconhecidas. As composições musicais de diversos artistas fugiram das linhas totalizantes que compõem a nossa sociedade e, de forma rizomática, se espalharam e encontraram outras novas linhas que também deslizaram pelas fissuras de composições duras que nos disciplinam e normalizam diariamente.

Linn da Quebrada é uma artista, pois ela não apenas canta ou escreve músicas, ela faz arte! Através de performances artísticas e subversivas, Linn apresenta sua arte com muita ousadia e coragem, pois em um mundo que além de negar, assassina determinadas formas de ser e de existir, ser uma artista que mostra não apenas nas letras das músicas, mas na pele, na sua existência, a necessidade de (re)pensar os territórios que ocupamos é perigoso, mas necessário para a transformação. Posicionar-se é uma manobra de resistência e, a partir disso, as linhas que compõem essas estratégias tornam-se visíveis para se unir a outras linhas e criar rizomas. Nunca formas, apenas linhas que fluem.

A nossa sociedade aprisiona a diferença. O sujeito diferente é capturado e atravessado por diversas tecnologias que agenciam formas de governabilidades. Tudo bem ser diferente, desde que essa diferença esteja de acordo com o que for esperado. Notamos essa ideia dentro do processo transexualizador do SUS, que fabrica corpos, porém, de acordo com ideais normativos vigentes. A diferença é regulada e controlada, pois na sociedade de controle não há possibilidades de devir, apenas de agenciamentos de linhas duras. O que subverte essas normas é colocado na abjeção e é justamente nesse território que Linn da Quebrada surge e o transforma em potência.

Linn nos mostra que podemos fabricar corpos que fogem das normas vigentes da sociedade. O corpo plástico, maleável que habita o sujeito, não segue regras e ideais normativos em suas músicas. A necessidade de subverter a norma é explícita nas suas performances compostas de atos políticos repletos de potência. Suas letras (e também existência) denunciam os territórios que colonizam subjetividades e marginalizam as minorias. Linn ilustra a multiplicidade de existências que podem vir a existir e que

também existem, porém de forma silenciosa pelo medo.

Durante as entrevistas realizadas com a população transgênera, houve momentos em todas as conversas, que denunciaram sofrimento e medo, pelo simples fato de existir. "*Parece que preciso pedir licença a todo momento para existir*"; "*Existir é uma luta diária*"; "*Não consigo me reconhecer no espelho, pois não sou eu quem olha de volta*"; "*Tenho medo de ir no banheiro público e ser agredido, por esse motivo uso easy pee*". Essas frases mostram a luta diária que é (r)existir sendo trans. As múltiplas formas de existir não deveriam lutar todos os dias para se esconder ou pedir licença para existir. O medo que permeia essas vivências é alimentado diariamente por instâncias sociais que (re)produzem o aceitável na sociedade. Por esse motivo, estratégias de resistência que subvertem a norma heterossexual que nos aprisiona são muito importantes para viabilizar outras demandas sociais.

Além de uma musicalidade política, Linn da Quebrada usa espaços públicos para se expressar. Conforme ela mesma diz, "*meu corpo é político*", a sua existência na cidade subverte a norma. Existir é um ato político. Ser trans na cidade - de dia - é resistir e mostrar para a sociedade a multiplicidade que é existir. Em uma de suas músicas, Linn questiona a sociedade com a frase: "*Estou tentando entender o que é que tem em mim que tanto incomoda você. Se é a sombrancelha, o peito, a barba, o quadril sujeito, o joelho ralado apoiado no azulejo*". Com essas palavras, Linn questiona o olhar normalizador que as pessoas observam o mundo. O que foge dessas lentes são consideradas aberrações, mas, para Linn, são "*Belas aberrações*".

Também há um apelo político para as diferentes realidades vividas, principalmente nas periferias, conforme a música *Bomba pra Caralho*:

Baseado em carne viva e fatos reais.
É o sangue dos meus que escorre pelas marginais.
E vocês fazem tão pouco mas falam demais.
Fazem filhos iguais, assim como seus pais.
Tão normais e banais. Em processos mentais.
Sem sistema digestivo lutam para manter vivo o morto-vivo
Morto. Vivo. Morto. Morto. Morto. Viva!
Bomba pra caralho, bala de borracha.
Censura, fratura exposta, fatura da viatura.
Que não atura pobre, preta, revoltada.
Sem vergonha, sem justiça, tem medo de nós.
(LINN DA QUEBRADA, 2017).

Inquestionavelmente, Linn politiza diversas discussões e nos faz refletir sobre quais são os papéis sociais atribuídos para o sujeito de acordo com marcadores (gênero,

raça, religião) e as consequências dessa territorialização fundamentada por linhas duras que buscam, através de sistemas binários, instaurar o controle e a ordem. Em suas músicas ela foge de padrões universais e ainda questiona o que é homem, mulher, trans, feio, bonito. Por meio de rachaduras, ela desliza das categorias binárias e universais e problematiza os saberes-poderes de governabilidades, como, por exemplo, a lógica identitária que agencia as políticas públicas e por consequência orienta o processo transexualizador do SUS: *"olha só Dr. saca só que genial, sabe a minha identidade, nada a ver com genital"*. Ao dizer isso, ela nega as genitálias como tecnologias que detêm a verdade sobre o sujeito. Vivemos em uma sociedade que a genitália dirá quem é você. A forma como você experiencia a sua sexualidade dirá que sujeito és e quais os direitos que tens.

As pessoas podem mudar o que quiserem do seu corpo, mas quando o assunto são as genitálias, o discurso muda e o julgamento moral regulará essas mudanças. Ser transexual para determinada forma de governabilidade, seguirá os ideais normativos de uma cultura hegemônica. O próprio termo transexual é uma categoria criada para categorizar o que a sociedade produziu como abjeção. Para responder as demandas sociais de determinada população que fugia dos padrões normativos, criou-se a nosografia transexualidade como forma de capturar os corpos e enquadrá-los em suas normas. Percebemos que sempre há movimentos de captura de corpos e subjetividades. O que se diferencia do esperado é controlado e a sua diferença regulada.

"Todos os devires singulares, todas as maneiras de existir de modo autêntico chocam-se contra o muro da subjetividade capitalística" (GUATARRI; ROLNIK, 1966, p. 50). A produção de existência na nossa sociedade de controle segue as diretrizes de um sistema capitalístico. A padronização e a disciplinarização fazem parte desses processos de captura e talvez, por esse motivo, a diferença quando saliente em determinado espaço, passa por movimentos de captura e reenquadramento.

O processo transexualizador do SUS é fundamentado por diretrizes que regulam o seu funcionamento. A pessoa compreendida como transexual, pelo processo transexualizador do SUS, terá modificações corporais legitimadas apenas se apresentar o diagnóstico de "transexual de verdade". Tal categoria é representada pelas performances de gêneros feminino/masculino, além da confirmação de um sofrimento intenso devido a sua vivência e seu corpo.

A essencialização da categoria mulher geralmente vai ao encontro com a identificação de um corpo feminino, da mesma forma com a categoria transexual marcada

pela presença de estereótipos de gênero binários. O/a transexual que busca transformações corporais através do processo transexualizador do SUS precisa confirmar e afirmar, pelo período mínimo de dois anos, ser um transexual de verdade. Esse termo já foi compreendido de maneiras diferentes, conforme o tempo histórico vigente. Conforme as entrevistas realizadas com as transexuais que passaram pelo processo transexualizador do SUS, assim como a profissional que trabalhou nesse programa, a estética é muito valorizada como indicador de feminilidade/masculinidade e dirá se aquela pessoa poderá realizar as intervenções corporais. As versões de masculino e feminino que circulam na sociedade também circulam no processo transexualizador e irão servir como critérios diagnósticos para legitimar aquela pessoa como transexual.

É através das reiterações do que é feminino/masculino que o gênero irá existir. A estética do tecido (corte, cor, formato, tamanho) que usamos para cobrir nossos corpos é um ato performático carregado de significados. Observamos que dentro do processo transexualizador, a estética identificará a/o transexual como verdadeiro, de acordo com a ideia de uma experiência homogênea de estereótipos de gêneros. Segundo uma das transexuais entrevistadas, durante o programa, enquanto estava no período do "teste de vida", notava que algumas transexuais não eram tão "afeminadas" e estas não continuavam participando dos grupos quinzenais de terapia grupal, mas sim, encaminhadas para psicoterapia individual, desistiam ou eram "banidas" do programa. Vale ressaltar que, quando ela diz que essas pessoas foram "banidas", não podemos dizer com certeza o motivo de terem deixado o programa. Mas segundo a transexual entrevistada, elas não eram mais vistas pelos corredores, grupos ou consultas, e algumas profissionais, ao serem questionadas, apenas diziam que elas não dariam seguimento ao programa, mas sem mais esclarecimentos.

Ser transexual mulher feminina ou ser transexual homem masculino, aparentemente, são as formas legitimadas de corpos e subjetividades para o processo transexualizador do SUS. A sexualidade também entra nessas normas, a partir do momento que ele questiona se a/o transexual bissexual ou homossexual poderá realizar a cirurgia de redesignação sexual. Dessa forma, compreende-se que o processo transexualizador do SUS opera através de um sistema binário sexo-gênero-desejo, legitimando as mudanças corporais da população que atende esse ideal normativo.

Quando o processo transexualizador do SUS fornece "a licença" para determinadas pessoas realizarem os procedimentos cirúrgicos, fundamentada no dispositivo de normalidade vigente em uma sociedade, está produzindo muito mais do

que apenas mudanças corporais, mas a (re)produção de ideais normativos que operam como tecnologias de governo. Essas práticas que gerenciam as tecnologias de governo, ao dizer qual transexual é verdadeiro, determinam quais vivências são (in)visíveis para a sociedade. O poder que construiu a categoria transexual para responder uma demanda política é o mesmo que constrói tantas outras demandas, pelo fato de fundamentar-se em categorias identitárias universais e essencialistas.

A universalização cumpre o papel de estabelecer "verdades" sobre algo. Quando a existência de alguém é julgada por pressupostos universais e essencialistas, determina-se uma verdade sobre aquela pessoa. Sua vivência será esquadrihada por critérios normalizantes e a não correspondência desses ideais acarretará na exclusão e deslegitimação de subjetividades. Algumas práticas do processo transexualizador do SUS funcionam como analisadoras de subjetividades. Os critérios utilizados por elas, para determinar quais subjetividades são legitimadas, fundamentam-se em regimes de verdades marcados por discursos produzidos por juízos de valor que contornaram diferentes épocas, e ainda respingam nos dias atuais.

A categoria transexualidade surgiu em um determinado tempo histórico como uma forma de estratégia para possibilitar a realização de intervenções corporais como a redesignação sexual, já que naquela época compreendia-se que a transexualidade era uma enfermidade que não respondia a intervenções terapêuticas (de saberes psi). Segundo o saber da época, apenas através da cirurgia de redesignação sexual o transexual poderia "cessar" o seu sofrimento por "nascer em um corpo errado", mas, para isso, a cirurgia deveria ser pensada com muita cautela, pois o sujeito transexual poderia arrepender-se e se suicidar, já que a cirurgia é irreversível. Sendo assim, um saber-poder médico controlava quem poderia realizar a cirurgia fundamentada nos conhecimentos científicos daquela época.

A transexualidade passou a ser categorizada como "disforia de gênero" em 1973 por John Money, pela necessidade de indicadores que diferenciassem as/os transexuais de travestis, gays e lésbicas devido à procura pela cirurgia de redesignação sexual (BENTO; PELÚCIO, 2012). A partir disso, desencadearam-se várias nosografias para patologizar das identidades transexuais, nomenclaturas diferentes, mas que continuavam patologizando a experiência do gênero. A politização desses assuntos se tornou muito importantes e eram pautados através das lutas da população LGBT e dos movimentos feministas que, aos poucos, foram ganhando vozes e conquistando espaços na construção de políticas públicas.

O diagnóstico de disforia de gênero permite o início das mudanças corporais no processo transexualizador no SUS. Esse diagnóstico é afirmado pelo manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais - DSM V, publicado em 2014. Segundo ele:

Indivíduos com disforia de gênero apresentam incongruências acentuadas entre o gênero que lhes foi designado (em geral ao nascimento, conhecido como gênero de nascimento) e o gênero experimentado/expresso. Essa discrepância é o componente central do diagnóstico. Deve haver também evidências de sofrimento causado por essa incongruência. O gênero experimentado pode incluir identidades de gênero alternativas além dos estereótipos binários. Em consequência, o sofrimento não se limita ao desejo de simplesmente pertencer ao outro gênero, podendo incluir também o desejo de ser de um gênero alternativo, desde que diferente do designado (AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION, 2014, p. 453).

Além do DSM, o manual de classificação estatística internacional de doenças e problemas relacionados à saúde (CID), até a sua décima versão compreendia a experiência de gênero como um transtorno de personalidade e comportamento. Há poucos dias a Organização Mundial da Saúde publicou a nova versão do CID, o CID-11, a qual retira oficialmente as identidades transexuais e travestis da sua lista de transtornos mentais. A transexualidade era classificada como "incongruência de gênero", mas a partir do dia 18 de junho de 2018, houve a retirada desse termo e a transexualidade e travestilidade receberam a classificação "condição relativa à saúde sexual" como uma maneira encontrada para incentivar a oferta de políticas públicas para essa população (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2018).

A retirada da transexualidade como patologia de gênero na nova revisão da CID marca uma decisão histórica. Há anos, a despatologização das identidades trans (transexuais e travestis) foi reivindicada por movimentos sociais que, aos poucos, estão sendo ouvidos. Retirar a transexualidade de um dos manuais diagnósticos que orientam saberes, é, certamente, um marco muito importante na história que poderá desencadear movimentos que gerem reflexões na sociedade sobre a desnaturalização do gênero, e também, mobilizar outros manuais diagnósticos a repensarem a sua organização (saberes). A conquista da despatologização das identidades trans é o resultado da união de múltiplas vozes que lutavam todos os dias para existir. De forma rizomática, essas vozes estão escapando pelas fissuras de um sistema dualista e comendo possibilidades de fluxos. Quando a resistência leva a vida para dançar, por mais que os passos sejam pequenos e desajeitados, ela reinventa o ritmo da música e inspira novos movimentos que podem transformar a potência de uma vida.

O corpo pode muito mais do que podemos imaginar! Limitamo-nos às visões

horizontais e verticais e quando nos é proposto olhar de maneiras diferentes, apenas conseguimos fazer movimentos circulares com a nossa cabeça. A proposta desse trabalho é virar de ponta cabeça e aumentar nosso campo de visão. Quando nos propomos enxergar além, sempre há algo que nos prende a mapear as linhas visíveis ao olho nu. Por esse motivo, devemos começar usar extensões nos olhos, para enxergar por ângulos nunca antes imaginados.

O que pode um corpo? Infinitas possibilidades! O que é um corpo? É devir! O corpo está sempre em movimento, ele pode vir a ser inúmeras existências. Se já compreendemos que não há corpos "naturais", e que pressuposições universalizantes não contemplam a pluralidade e a singularidade do sujeito, então por que uma mulher de pênis ou um homem de vagina incomodam tanto?

Quando notamos que nossos olhos não estão enxergando muito bem, recorreremos a meios tecnológicos e artificiais para transformar nossa visão. Por meio de lentes de grau, nossa visão será melhorada. Essa lente passará a fazer parte do nosso corpo, como uma extensão dele. Os óculos, um objeto artificial e tecnológico, possibilitarão qualidade de vida para o sujeito e o mesmo não conseguirá se desvincular dele. Com o tempo, os óculos como extensão do corpo serão compreendidos como parte dele. O que habita nosso corpo nos constitui como sujeitos, sendo assim, as próteses de silicone que transformam um corpo, faz parte dele. Não falamos: *"olha lá a fulana tem duas próteses de 400 ml de silicone embaixo do seu tecido mamário"*, apenas olhamos (ou não) para a fulana. Então, por que nos incomoda tanto um/a transexual colocar próteses nos peitos (silicone ou industrial)? Próteses mamárias são extensões do corpo, assim como lentes de contato, celular (como memória), pernas e braços mecânicos, coração artificial, cinta peniana.

Há pessoas que irão marcar seus corpos com estereótipos de gênero compreendidos como inteligíveis, mas há corpos que irão preferir a multiplicidade que desliza de qualquer categoria que os limita das possibilidades. Esperamos que chegue um dia que a frase *"coerência entre sexo/gênero/desejo"* não exista mais em nossos vocabulários, apenas para remeter a histórias passadas de como vidas, corpos, sexualidades e subjetividades eram controladas e aprisionadas por um poder opressor. Esperamos que chegue um dia que *"ser mulher ou homem"* transcenda o fato do corpo possuir um pênis ou uma vagina. Esperamos que chegue um dia que o termo *"sexo biológico"* não seja mais utilizado e que sexo, seja apenas sexo: o ato de dois (ou mais) corpos se encontrarem e se entregarem para o prazer.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando nos propomos a cartografar algo, devemos estar cientes de que esse navegar nem sempre será através de águas calmas e transparentes. Cartografar é pular de um barco em movimento para dentro do mar e nadar na sua profundidade. É estar disposto a se molhar sem saber se o sol irá surgir depois disso para te secar. Cartografar é perceber que o ponto de equilíbrio se localiza no movimento. Então é movimentar-se! E através de movimentos eu construí este trabalho. Compreendo que ele nunca estará finalizado, pois, assim como o movimento, ele é verbo! O que foi escrito é o resultado de diversos atravessamentos que me constituíram ao longo da vida e, principalmente, deste momento de final de curso. O que expressei através de palavras é o que está me movimentando no momento. Mas como vimos no trabalho, assim como o sujeito é devir, esse trabalho também é. Ele pode se transformar a qualquer momento, vir a ser outras possibilidades e se reinventar conforme o espaço que ele ocupa. Acredito que seja importante ressaltar o caráter mutante dele, pois não pretende impor verdades, muito menos finalizar pensamentos.

O presente trabalho buscou, através da cartografia, problematizar o processo transexualizador do Sistema Único de Saúde como uma tecnologia de poder que regula e controla corpos e subjetividades. O objetivo do trabalho foi o de cartografar os processos de subjetivação decorrentes dele e compreender quais sujeitos essas tecnologias (de)constróim. Compreendemos que vivemos em uma sociedade regida por um sistema capitalístico que transformará o sujeito em corpos úteis para ela. Nesse sentido, o sujeito é capturado a todo momento pela grande máquina do capitalismo e passará por processos de normalização. Assim, surge a diferença, algo que contrapõe o que a normalidade vigente nos impõe. Notamos que o mesmo poder que institui o "normal", acaba construindo a diferença e quando não é possível adestrá-la, colocam-na na abjeção. O presente trabalho buscou problematizar esse poder que governa a vida das pessoas, de forma que limita suas possibilidades de existir. Para isso, divido as discussões dos resultados através de três pistas: dicotomia dos gêneros, heterossexualidade como um arranjo biopolítico e estratégias de resistência.

Na pista dicotomia dos gêneros, analisamos de que forma essa dicotomia possui um poder discursivo e produzirá processos de subjetivação no sujeito. Quando a/o médica/o prescreve se aquela criança será menina/o, um mundo de expectativas fundamentadas pelo binarismo de gênero constituirá a sua vivência. Sistemas binários

irão limitar as possibilidades daquele corpo de devir. O gênero é definido por feminino ou masculino e as performances que caracterizam determinado gênero são construídas conforme o meio social/cultural/histórico vigentes. Dentro do processo transexualizador do SUS, solicita-se que a pessoa assuma seu gênero identificado, de acordo com a dicotomia do gênero, a qual deverá ser afirmada por uma estilística do gênero hegemônico.

Já na pista heterossexualidade como arranjo biopolítico, discutimos a heterossexualidade como um modelo de normalidade que opera como dispositivo de poder regulador de normas. A heterossexualidade faz parte de estratégias de governabilidades que buscam manter a ordem e a "normalidade" na sua sociedade. Dessa forma, de maneira compulsória, ela agencia instâncias sociais pelas quais os sujeitos passam durante suas vidas. O processo transexualizador do SUS também é agenciado por essa estratégia, pois, de acordo com as entrevistas realizadas, o sujeito que não segue a heteronormatividade tinha a sua vivência no processo transexualizador dificultada e sua forma de ser e de estar no mundo questionada. A psicoterapia é uma das terapêuticas obrigatórias no programa transexualizador, entretanto, notamos que apenas para sujeitos que não correspondem ao sistema sexo-gênero-desejo, o que reforma a heterossexualidade como norma.

A última pista são as estratégias de resistência. Nesse subtítulo, verificou-se que muitas são as formas de resistências criadas pelas pessoas transgêneras como formas de legitimar a sua vivência. O que foge dos padrões normativos de gênero e sexualidade é jogado na abjeção e torna-se invisível. O corpo que não é visto não é assegurado pelo Estado. O processo transexualizador do SUS é uma das formas do sujeito buscar modificações corporais de forma segura, entretanto, ele é destinado para uma categoria transexual universal. Para que as mudanças corporais sejam legitimadas pelo Estado, o sujeito precisa provar durante o período de dois anos que é um transexual de verdade. Essa categoria além de ser excludente é discriminatória e reproduz estigmas e preconceitos. Para ser um transexual de verdade, ele necessita da confirmação do diagnóstico de disforia de gênero, o que é afirmado pelo teste de vida, o qual pedirá que o/a transexual assumo seu gênero identificado. Há poucos dias, o manual diagnóstico CID retirou a transexualidade de suas páginas de transtorno mental, o que demonstra a ressonância de vozes que lutavam todos os dias pela despatologização das identidades transexuais e travestis. A potência da resistência pode transformar realidades e colocar em pauta subjetividades que são silenciadas diariamente por sistemas binários. O

silenciamento dessas subjetividades muitas vezes é através da morte. Vidas assassinadas por não corresponderem a ideais normativos fundamentados em julgamentos morais. Quantas vidas ainda precisam ser apagadas para que enxerguemos que o mesmo poder que as matam, as constroem?

As estratégias de resistências surgem para responder essas demandas. Somos compostos por afetos, os quais surgem no encontro com o outro. Esses encontros podem ser potentes e provocar incessantes movimentos de transformação. O afeto que emerge de determinados encontros, também pode ser compreendido como um arranjo biopolítico. Dessa forma, quais encontros podem promover para que despertem afetos que repercutam entre as pessoas e as atravessem, possibilitando a legitimação de novas configurações de existência? Resistir são atos diários que, de forma rizomática, fluem entre as linhas e possibilitam novos encontros. A ideia não é instituir algo novo, mas reconhecer a multiplicidade de formas de ser e de existir.

O trabalho apresentado mostrou a potência dos rizomas que não pretendem criar novas formas, mas linhas que encontram possibilidades de fluir. Como toda pesquisa, a minha foi atravessada por percalços que me limitaram explorar determinados caminhos. Mas acredito que, nesse processo, abrimos espaços para futuros trabalhos, como por exemplo, a resistência como uma estratégia política de legitimação da multiplicidade de corpos e subjetividades. Compreendo que para falar de estratégias de resistências, a teoria queer possibilitaria encontros potentes para esmiuçar o assunto, que só por possibilitar essas falas, estaria abrindo espaços para desterritorializações e possibilidades de devir.

Os modos de subjetivação é um assunto que deve ser discutido e politizado para conseguirmos compreender o que está nos constituindo como sujeitos. Escrevo meu trabalho de conclusão de curso a partir de um lugar privilegiado, não ousar dizer que a minha produção deve ser compreendida como o caminho a ser seguido, mas como uma possibilidade de caminhar. Ao falar de modos de subjetivação e de multiplicidades de sujeitos, eu recorro a minha consciência política que é movimentada pelo sentir. Deixar ser tocado pelo outro é possibilitar encontros de transformação. Sentir é estar em um constante desassossego, pois nos desloca para lugares antes nunca visitados. Entretanto, habitar o diferente desperta medo. Mas sorte a nossa que o medo não acredita em destinos. O medo pode paralisar alguém, mas ele também pode impulsionar. Se olharmos para ele e estarmos dispostos a sentir o que ele nos diz, talvez possamos dar a mão para esse afeto e compreendê-lo como uma potente possibilidade de transformação.

Conhecer quais afetos nos atravessam é um exercício importante para que

possamos sair do campo da moral e iniciar um caminhar no campo da ética. O conhecimento nos abre tantas possibilidades e pode ser uma potente estratégia de resistência. Quais afetos nos circulam?

Somos atravessados por afetos a todo momento, ora eles promovem nossa potência de agir, ora não. Mas além de sermos afetados, afetamos o outro. Compreender por quais afetos estamos constituídos, possibilitará afetar o outro de maneira que não despotencialize suas formas de ser e de estar no mundo. A minha potência não deve capturar a do outro. Por esse motivo, retomo a importância de pensar a multiplicidade de subjetividades como possibilidades de ser e de estar no mundo, e não instituir elas como novas normas. Pois, se assim for, apenas estaremos reproduzindo formas opressoras de poder que controlam e regulam corpos.

Somos capturados por forças que nos mantêm em determinados territórios, mas assim como há territórios que nos escravizam, há os que nos libertam. O processo de desterritorialização é abandonar amarras que nos prendem e limitam. Os muros que impedem a nossa visão são construídos por nós mesmos e cimentados toda vez que nos recusamos a sentir o Outro. Os tijolos que constroem essas divisórias são frágeis e sustentados por terras escorregadias. Sempre haverá rachaduras quando algo não é construído em uma base sólida, e é através dessas fissuras que devemos olhar. Estender nossos olhares é nos libertar e libertar o outro. Quando nos libertamos das amarras mentais que impedem a nossa transformação, criamos novas possibilidades de habitar o mundo.

6 REFERÊNCIAS

- AMARAL, Daniela Murta. A psiquiatrização da transexualidade: análise dos efeitos do diagnóstico de transtorno de identidade de gênero nas práticas de saúde. *Dissertação (Programa de Pós-graduação em Saúde Coletiva – Mestrado)* – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: <http://www.clam.org.br/bibliotecadigital/uploads/publicacoes/1955_1935_amaraldanie_la.pdf> Acesso em: 16 set. 2017.
- ARÁN, M.; MURTA, D. Do diagnóstico de transtorno de identidade de gênero às redescrições da experiência da transexualidade: uma reflexão sobre gênero, tecnologia e saúde. Rio de Janeiro: *Revista de Saúde Coletiva*, 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/physis/v19n1/v19n1a03.pdf>>. Acesso em: 12 out. 2017.
- ÁVILA, S.; GROSSI, M. P. Transexualidade e movimento transgênero na perspectiva da diáspora queer. Minas Gerais: *Revista brasileira de estudos jurídicos*, 2010. Disponível em: <<http://revistas.santoagostinho.edu.br/index.php/ESTUDOSJURIDICOS/article/view/31/319>>. Acesso em: 10 out. 2017.
- BEAUVOIR, Simone de. *O segundo sexo*. Lisboa: Bertrand, 2008.
- BENTO, Berenice. *A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual*. Ed.: Garamond, Rio de Janeiro, 2006.
- BENTO, B.; PELÚCIO, L. Despatologização do gênero: a politização das identidades abjetas. Florianópolis: *Estudos Feministas*, 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v20n2/v20n2a17.pdf>>. Acesso em: 15 jun. 2018.
- BOCCO, Fernanda. *Cartografias da infração juvenil*. Porto Alegre: Abrapso, 2009.
- BUTLER, Judith. *Problemas de Gênero: Feminismo e Subversão da Identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE. Ministério da Saúde. *Resolução nº 466 para a pesquisa com seres humanos*. Brasil, CNS, 2012. Disponível em: <<http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2012/reso466.pdf>>. Acesso em: 20 nov. 2017.
- CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. *Resolução nº1 29 de janeiro de 2018*. Brasil: CRP, 2018. Disponível em: https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2018/01/resolucao_cfp_01_2018.pdf. Acesso em: 19 jun. 2018.
- CORREA, Mariele Rodrigues. Uma cartografia do envelhecimento na contemporaneidade: a velhice e a terceira idade. *Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Psicologia e Sociedade - Mestrado)* - Faculdade de Ciências e Letras de Assis, São Paulo, 2007. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/97661/correa_mr_me_assis.pdf?sequence=1>. Acesso em: 20 nov. 2017.
- DELEUZE, Gilles. *Nietzsche e a Filosofia*. Ed. Porto: Rio de Janeiro, 2001.
- _____. *Diferença e repetição*. Rio de Janeiro: Graal, 2006.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia* (vol. 2). Rio de Janeiro: Ed. 34, 1995.

_____. *O anti-édipo, capitalismo e esquizofrenia*. Lisboa: Assírio & Alvim, 2004.

DSM-V. *Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais*. Porto Alegre: Artmed, 2014.

FREITAS, Corina Bontempo Duca de. Ética na pesquisa em países em desenvolvimento - a experiência brasileira. In: REAL, Marina Ferreira (Org.). *Ética em pesquisa*. São Paulo: Abril, 2005.

FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade 3: O Cuidado de Si*. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

_____. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes, 1987.

_____. *Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

_____. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1990.

GUATTARI, F; ROLNIK, S. *Microfísica: cartografias do desejo*. Rio de Janeiro: Vozes, 2007.

_____. *Micropolítica: cartografias do desejo*. Petrópolis: Vozes, 1996.

HARAWAY, Dona. Manifesto ciborgue: ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX. In: TADEU, Thomas (Org.). *Antropologia do ciborgue: as vertigens do pós-humano*. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

KASTRUP, Virgínia. O funcionamento da atenção no trabalho do cartógrafo. In: PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; ESCÓSSIA, Liliana da (Orgs.). *Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade*. Porto Alegre: Sulina, 2010.

KASTRUP, V.; BARROS, R. B. Movimentos-funções do dispositivo na prática da cartografia. In: PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; ESCÓSSIA, Liliana da (Orgs.). *Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade*. Porto Alegre: Sulina, 2010.

LAQUEUR, Thomas. *Inventando o sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2001.

LEITE JUNIOR, Jorge. Transitar para onde? Mosntruosidade, (des)patologização, (in)segurança social e identidades transgêneras. Florianópolis: *Estudos Feministas*, 2012. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/ref/v20n2/v20n2a16.pdf> >. Acesso em: 13 mai. 2018.

LIONÇO, Tatiana. Atenção integral à saúde e diversidade sexual no Processo Transexualizador do SUS: avanços, impasses, desafios. Rio de Janeiro: *Physis*, 2009. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/physis/v19n1/v19n1a04.pdf> >. Acesso em 26 de jun. 2018.

- MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). *Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade*. Petrópolis: Vozes, 2002.
- _____. *Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade*. Rio de Janeiro: Ciência e Saúde Coletiva, 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csc/v17n3/v17n3a07.pdf>>. Acesso em 20 nov. 2017.
- MINAYO, M. C. S.; GUERRIERO, I. C. Z. Reflexividade como éthos da pesquisa qualitativa. Rio de Janeiro: *Ciência & Saúde Coletiva*, 2014. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csc/v19n4/1413-8123-csc-19-04-01103.pdf>>. Acesso em: 20 nov. 2017.
- OLEGÁRIO, Fabiane. Rastros das linhas menores de escrita. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Educação – Mestrado) - Universidade Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, 2011. Disponível em: <<https://repositorio.unisc.br/jspui/bitstream/11624/213/1/FabianeOlegario.pdf>>. Acesso em: 20 nov. 2017.
- OLIVEIRA, T. R. M.; PARAÍSO, M. A. Mapas, dança, desenhos: a cartografia como método de pesquisa em educação. São Paulo: *Proposições*, 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pp/v23n3/10.pdf>>. Acesso em: 18 nov. 2017.
- PETRY, A. R.; MEYER, D. E. E. Transexualidade e heteronormatividade: algumas questões para a pesquisa. Porto Alegre: *Textos & Contextos*, 2011. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/viewFile/7375/6434>>. Acesso em 27 jun. 2018.
- PRECIADO, Paul Beatriz. *Manifesto contrassexual: práticas subversivas de identidade sexual*. São Paulo: Helsink, 2002.
- _____. *Manifesto contrassexual*. São Paulo: n-1 edições, 2017.
- SAMPAIO, J. V.; GERMANO, I. M. P. Políticas públicas e crítica queer: algumas questões sobre identidade LGBT. Minas Gerais: *Psicologia & Sociedade*, 2014. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/psoc/v26n2/a06v26n2.pdf>>. Acesso em: 15 nov. 2017.
- SAWAIA, Bader Burhian. Limites do julgamento ético nos estudos que se valem de técnicas qualitativas. In: REAL, Marina Ferreira (Org.). *Ética em pesquisa*. São Paulo: Abril, 2005.
- SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Rio Grande do Sul: *Educação & Realidade*, 1995. Disponível em: <<http://www.seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71721/40667>>. Acesso em: 20 out. 2017.
- SIMÕES, J. A.; FACCHINI, R. *Na trilha do arco-íris: do movimento homossexual ao LGBT*. Ed. Fundação Perseu Abramo. São Paulo, 2009.
- VINUTO, Juliana. *A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto*. Campinas: Temáticas, 2014.
- WALTERS, Pau Grego. Construir lo que somos. In: MISSÉ, Miguel; COLL-PLANAS,

Gerald. *El género desordenado: críticas em torno a la patologización de la transexualidad*. Barcelona: Egales, 2011.

ANEXO A: SOBRE OS ENCONTROS E O PROCESSO DA PESQUISA

Como o presente estudo pretende gerar reflexões sobre quais são os efeitos das tecnologias de produção de subjetividades e sexualidades, pensou-se em dividi-lo em três momentos: entrevistas com *experts* ou profissionais que possuem contato com a população trans, produtos mediáticos e culturais e com as pessoas transgêneras. Em função das nossas escolhas teóricas e metodológicas, não prevemos um roteiro pré-estabelecido de perguntas, pois, através da cartografia, pretendemos ir construindo as pistas desse processo junto com as pessoas com as quais as conversas e encontros ocorrerão.

Na cartografia não se busca estabelecer caminhos lineares para chegar a um fim, mas sim, investigar um processo de produção. Sua construção caso a caso possibilita procurar o estabelecimento de algumas pistas que visam descrever, discutir e coletar a experiência do cartógrafo (KASTRUP, 2014). Segundo Passos e Barros (2014), a cartografia é um método de pesquisa-intervenção que pressupõe uma orientação do trabalho do pesquisador que não possui um modo prescritivo ou objetivos estabelecidos previamente. Mas isso não significa que este seja um método sem direção, já que não abre mão da orientação do percurso da pesquisa. As metas não são visadas como produto do caminhar, mas sim, o caminhar que traça, no percurso, as metas a serem estabelecidas. A diretriz do método cartográfico se faz através de pistas que orientam o percurso da pesquisa, de modo que sempre leve em consideração os “efeitos do processo do pesquisar sobre o objeto da pesquisa, o pesquisador e seus resultados” (PASSOS; BARROS, 2014, p.17).

Sendo assim, a presente pesquisa será tecida através do método cartográfico e como recurso metodológico o diário de campo. Segundo Olegário (2011), tal forma de anotação "é pensada a partir da noção do dispositivo, cujo movimento de escrever, ler e pensar possibilita acompanhar e acolher novos encontros tecidos na experiência, que vão dando o tom, o ritmo e a musicalidade à pesquisa" (p.8). O diário de campo, além de ser um resultado da pesquisa, é também um produtor da mesma, pois opera como um dispositivo gerador de saberes e realidades (BOCCO, 2009).

Nessa direção, através da técnica bola de neve, vamos traçando os encontros a serem realizados no decorrer dessa pesquisa. As perguntas realizadas nos encontros, a partir de conversas informais e troca de experiências e saberes serão pautadas principalmente nos objetivos específicos desse projeto, a saber: colocar em análise a

noção de psicoterapia compulsória, preconizada pelo processo transexualizador no SUS, enquanto um dispositivo de produções de subjetividades; e refletir, a partir de um processo de desnaturalização, sobre a patologização das subjetividades trans como efeito de um agenciamento operado pelo binarismo de gênero e performatividades. Como ressaltamos acima, os objetivos nos guiam por um caminho ainda desconhecido, sendo que outras questões e objetivos possam emergir do/no encontro com as pessoas e com os materiais mediáticos e culturais, como compositores, artistas, obras de arte, dentre outros. Dessa composição de encontros que vai acontecendo o processo da cartografia.

ANEXO B: TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

UNIVERSIDADE DE SANTA CRUZ DO SUL – UNISC

DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA

CURSO DE GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

TÍTULO DO PROJETO: Cárcere do corpo: cartografando tecnologias e processos de subjetivação no processo transexualizador no Sistema Único de Saúde

Pesquisadora: Sabrina Zotti

Orientador/Pesquisador Responsável: Prof. Dr. Moises Romanini

I – Relevância e Objetivos da Pesquisa: O projeto de pesquisa intitulado “*Cárcere do corpo: cartografando tecnologias e processos de subjetivação no processo transexualizador no Sistema Único de Saúde*” pretende problematizar o processo transexualizador do Sistema Único de Saúde junto com pessoas transgênera enquanto um dispositivo regulador de sexualidades e subjetividades. Entendemos que, durante esse processo, nem sempre a autonomia da pessoa é preservada, pois, para a legitimação do processo transexualizador, é necessária a comprovação que o sujeito seja um "transexual de verdade" a partir dos critérios estabelecidos por manuais diagnósticos. Tais normas podem representar uma forma de poder e controle sobre a vida do sujeito, o qual regula sua sexualidade e subjetividade. Nesse contexto, não questionamos aqui os avanços em termos de direitos e acesso à saúde, mas os efeitos desse processo na vida das pessoas. Por isso, entende-se que essa pesquisa possa contribuir, indiretamente, com a construção de políticas públicas mais acessíveis e com uma sociedade mais justa e menos preconceituosa com as pessoas trans.

II – Delineamento da pesquisa e Procedimentos: trata-se de uma pesquisa qualitativa, que utilizará de entrevistas não estruturadas para abordar o tema. Buscando compreender a forma como as pessoas vivenciam e se sentem no decorrer do processo transexualizador

no Sistema Único de Saúde, iremos realizar encontro com pessoas transgêneras, com *experts* no tema e também através de midiáticos culturais, e para que seja possível acessar essas pessoas, tanto a população transgênera quanto *experts* ou profissionais, utilizaremos a metodologia de amostragem denominada bola de neve. Optou-se pelo uso de tal metodologia em razão de que ela pode ser um importante instrumento em casos onde se quer encontrar populações de difícil acesso, como é o caso do presente estudo. Tal metodologia parte de “documentos ou informantes-chaves”, através dos quais entramos em contato com você. Cabe destacar que já tínhamos um contato prévio com um *expert* e com uma pessoa transgênera para o início da pesquisa e indicação de futuros participantes, chegando até você. Tendo em vista a necessidade de delimitar o perfil das pessoas que se procura para a realização desta pesquisa, foram definidos os seguintes critérios: serão aceitas somente pessoas maiores de 18 anos e que se disponham a participar da pesquisa de forma voluntária. Após o consentimento em participar dessa pesquisa, você será convidado(a) a participar de uma entrevista aberta, na qual você poderá contar sobre suas experiências como pessoa transgênera referentes ao seu desejo de ter ou não modificações corporais e de que forma busca a legitimação dessas mudanças. No caso dos *experts* no tema ou profissionais, gostaríamos de escutar suas observações e percepções sobre como veem o processo transexualizador no Sistema Único de Saúde. Cabe ressaltar ainda que os participantes não serão ressarcidos por sua participação e nem terão prejuízos em função da pesquisa.

III – Riscos ou desconfortos previstos: Avalia-se que tal pesquisa possui um risco moderado aos seus participantes, levando em conta de que este suposto risco se configura em função dos temas que serão abordados durante os encontros com os *experts*, mas principalmente, com a população transgênera. Assim, pressupõe-se que estes temas poderão fazer emergir memórias e sentimentos desagradáveis, levando em conta que poderão surgir relatos que façam menção a atos discriminatórios, preconceitos e estigmas dos quais essa população vivenciou durante sua vida. Desse modo, é garantido a todos os participantes o direito de abandonar a pesquisa, em qualquer período de tempo, sem prejuízo algum, caso essa ação seja necessária. Caso exista o desejo de permanência em tal estudo, será ofertado ao participante uma assistência psicológica imediata.

IV – Benefícios da pesquisa: Compreendem-se os benefícios desta pesquisa como indiretos, não sendo possível mensurar com clareza quais serão. Entendemos que nosso

estudo poderá proporcionar questionamentos que dizem respeito às sexualidades e subjetividades produzidas através do processo transexualizador no Sistema Único de Saúde. Através do método cartográfico iremos desenhar caminhos que provoquem reflexões referentes às diversas formas de se reconhecer no mundo, de reconhecer seu corpo, as sexualidades e subjetividades. Entendemos que essas reflexões são muito importantes levando em consideração que a população aqui referida é vítima de estigmatização, preconceito e discriminação ao longo da sua vida, devido a não corresponderem os normas de padrão estético e de sexualidade vigentes na sociedade. Tais normas, são impostas, muitas vezes, de forma sutil. Nascemos e crescemos passando por processos de subjetivações normatizadores ou seja, tecnologias que criam sujeitos que reproduzem os padrões vigentes em uma determinada sociedade, dos quais são previamente dados e passam por manutenção a todo momento. O presente estudo busca colocar em pauta a maneira como a heteronormatividade e o binarismo de gênero, dentro do processo transexualizador no SUS, constroem subjetivações, já que se tratam de discursos disciplinares e reguladores de corpos, os quais operam de forma invisível e se organizam a partir de determinadas práticas governamentais. Dessa forma, compreende-se que identificar essas tecnologias que regulam e disciplinam corpos pode ser um importante disparador de reflexões sobre subjetivações e normatizações, para que assim possamos ampliar nossos olhares à novas formas de se colocar no mundo e compreender que todas as formas de sentir o seu corpo são válidas e que o modo de sentir e estar no mundo é único. Entendemos que a partir dessa perspectiva temos a possibilidade de viver em um mundo com menos preconceitos e discriminações, assim, este estudo está comprometido de maneira ética e política com a desconstrução da discriminação e do preconceito que ainda se encontram presentes em nossa sociedade

Pelo presente Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, declaro que autorizo a minha participação neste projeto de pesquisa, pois fui informado, de forma clara e detalhada, livre de qualquer forma de constrangimento e coerção, dos objetivos, da justificativa, dos procedimentos que serei submetido, dos riscos, desconfortos e benefícios, assim como das alternativas às quais poderia ser submetido, todos acima listados.

Ademais, declaro que, quando for o caso, autorizo a utilização de minha imagem e voz de forma gratuita pelo pesquisador, em quaisquer meios de comunicação, para fins de

publicação e divulgação da pesquisa, desde que eu não possa ser identificado através desses instrumentos (imagem e voz).

Fui, igualmente, informado:

- da garantia de receber resposta a qualquer pergunta ou esclarecimento a qualquer dúvida acerca dos procedimentos, riscos, benefícios e outros assuntos relacionados com a pesquisa;
- da liberdade de retirar meu consentimento, a qualquer momento, e deixar de participar do estudo, sem que isto traga prejuízo à continuação de meu cuidado e tratamento;
- da garantia de que não serei identificado quando da divulgação dos resultados e que as informações obtidas serão utilizadas apenas para fins científicos vinculados ao presente projeto de pesquisa;
- do compromisso de proporcionar informação atualizada obtida durante o estudo, ainda que esta possa afetar a minha vontade em continuar participando;
- da disponibilidade de tratamento médico e indenização, conforme estabelece a legislação, caso existam danos a minha saúde, diretamente causados por esta pesquisa;
- de que se existirem gastos adicionais, estes serão absorvidos pelo orçamento da pesquisa.

O Pesquisador Responsável por este Projeto de Pesquisa é Moises Romanini, professor do Departamento de Psicologia da Universidade de Santa Cruz do Sul (Telefone: (051) 9 8293 4903); Email: moisesromanini@unisc.br).

O presente documento foi assinado em duas vias de igual teor, ficando uma com o voluntário da pesquisa ou seu representante legal e outra com o pesquisador responsável. O Comitê de Ética em Pesquisa responsável pela apreciação do projeto pode ser consultado, para fins de esclarecimento, através do telefone: (051) 3717 7680.

Data __ / __ / ____

Assinatura do participante

Sabrina Zotti
Pesquisadora

Moisés Romanini
Pesquisador Orientador